



Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 1981.

ANO VI

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Ezequias Losso e Darcy Deitos.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Valduga, Waldyr Pugliesi e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Gernote Kirinus, José Tavares, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Pinto Dias, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Romero Filho e Werner Wanderer (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação de voto de pesar pelo falecimento do Sr. SILVIO LUIZ CARVALHO, ocorrido na cidade de Jardim Alegre, em data de 05 de maio do corrente.

Contava o Sr. Sílvio Luiz Carvalho, com 60 anos de idade, e seu passamento consternou a sociedade local, e principalmente a Senhora Odete Calazan de Carvalho, a qual deixou viúva, e três filhos.

Morador do Município de Jardim Alegre, industrial muito conceituado, contribuiu para o desenvolvimento do referido município, que com o seu passamento deixa uma lacuna irreparável àqueles que o conheciam e o admiravam.

Razão porque, uma vez aprovado o presente requerimento, solicito que se dê ciência à família enlutada, na pessoa da Senhora Odete Calazan de Carvalho, moradora na cidade de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário,

seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Secretário da Indústria e Comércio, FERNANDO FONTANA, pela realização e êxito da II Feira da Indústria Paranaense — Paraná Hoje.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a indústria, no conjunto das atividades do Paraná, produtivas, chega a representar mais de 30 por cento. Esta nova performance e as possibilidades que o Estado apresenta para o desenvolvimento do parque manufatureiro, não são obras do acaso, mas fruto de uma política governamental voltada para esses objetivos.

A realização, com êxito total, da II Feira da Indústria Paranaense — Paraná Hoje, é testemunho desta nossa afirmativa.

A Mostra, encerrada em data de ontem no Parque Barigüi, constituiu-se em ponto de encontro de empresários, inclusive do exterior, fornecedores e consumidores, alcançando plenamente todos os seus objetivos.

Se mais justificativa necessitasse, somente o número de visitantes atraídos pelo evento, de 181.544 pessoas, serviria como prova do sucesso da II Feira da Indústria Paranaense e de respaldo a este nosso voto de congratulações ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio do Paraná, Dr. Fernando Fontana.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, o envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, SARAIVA GUERREIRO, no sentido de que o Itamaraty envie nota de formal protesto e inteiro repúdio ao governo inglês, pelo tratamento injusto dispensado aos presos políticos, na Irlanda do Norte, culminando com a morte do Deputado eleito do Parlamento da Inglaterra, BOBBY SANDS, que se manteve em greve de fome durante cerca de 66 dias, para exigir que o Governo de Londres concedesse o "STATUS" de prisioneiro político aos militantes do IRA (Exército Republicano Irlandês).

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O governo britânico vem se negando, categoricamente, a atender as reivindicações dos grevistas irlandeses, mesmo a despeito dos apelos procedentes de todo o mundo e da interferência direta do Papa JOÃO PAULO II na questão — o qual chegou a enviar o Padre JOHN MAGGE, seu secretário particular a Irlanda do Norte, na tentativa de se encontrar uma solução para o impasse. Todos os esforços resultaram inúteis ante a insensibilidade do governo inglês — que resultou na morte, na madrugada do dia 05 do corrente, do valoroso Líder do IRA, BOBBY SANDS, que se manteve em greve de fome durante 66 dias, consecutivos, visando o atendimento de suas reivindicações: o STATUS de presos políticos aos militantes do IRA, e melhoria nas condições carcerárias — o que, se concedido, teria evitado a morte por inanição, do dirigente do Exército Republicano Irlandês, um novo mártir que surge na História da Humanidade, repleta de soberbos exemplos, como este,

de autêntico patriotismo. Vale a pena lembrar aqui, nesta justificativa ao nosso requerimento, que, através dos tempos, a Inglaterra tem tratado todas as suas colônias de uma forma anti-democrática e totalitária, agindo com prepotência e tirania sobre seus súditos. Assim aconteceu durante a colonização dos Estados Unidos da América do Norte quando os ingleses jogaram os homens de cor branca contra as grandes tribos indígenas — quase que totalmente dizimadas, bastando mencionar a dos valentes MOHICANOS. Nas possessões inglesas na África, e agora, mas recentemente, mantendo seu jugo e seu domínio, sua prepotência e sua forma tirânica de governo, na Irlanda do Norte, já tão enfraquecida pelos litígios religiosos e pelas profundas divergências entre católicos e protestantes, vivendo dolorosos episódios de uma “GUERRA SANTA” — que os ingleses não tratam de solucionar, buscando soluções que poderiam evitar uma nova guerra civil, cujas proporções ninguém pode prever ou imaginar. Se existe na Irlanda do Norte esse clima de tensão, à beira de uma inevitável explosão, de um catastrófico conflito fratricida, é justamente porque as autoridades inglesas se mantêm inflexíveis, irredutíveis e inteiramente insensíveis, aguardando que o banho de sangue aconteça — sob os olhos estarecidos da humanidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se oficie à SUPERINTENDÊNCIA DOS RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE solicitando que esta entidade intensifique a fiscalização em torno das atividades de um CURTUME que se localiza na Perimetral Sul de Apucarana, que vem, sistematicamente, despejando ácido no RIO BARRA NOVA — dizimando a fauna e a flora, numa extensão de cerca de 15 quilômetros, originando queixas e protestos dos moradores daquela localidade e contrariando mesmo, todos os princípios que a “SUREHMA” se propõe defender, em obediência à legislação vigente.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras queixas e denúncias de pessoas que residem nas proximidades do RIO BARRA NOVA, na Perimetral Sul de Apucarana, justificam plenamente a apresentação deste requerimento, principalmente porque, a prática abusiva do CURTUME ali localizado em despejar ácido no leito do rio está causando a extinção total da FAUNA e da FLORA (que margeiam o citado rio), pondo até mesmo em risco a saúde de ponderável parcela da população — que assiste, sem nada poder fazer, esse atentado ao meio ambiente, perpetrado à luz do dia, sem que, até agora quaisquer providências tenham sido adotadas. Já se evidenciam, num raio de 15 quilômetros os dramáticos resultados dessa poluição devastadora — perpetrada pelo citado CURTUME. É, pois, chegada a hora de uma atuação positiva por parte do órgão responsável — a SUREHMA — a quem endereçamos o pedido de providências.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, na forma regimental, que após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, para que venham ser adotadas medidas compensatórias para os evidentes prejuízos causados aos agricultores brasileiros pela crescente importação do soja estrangeiro no regime “DRAW BACK”.

Requer, outrossim, que do presente seja dado conhecimento ao Senhor Diretor da Carteira de Comércio Exterior —

CACEX — Dr. Benedito Fonseca Moreira.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) AUGUSTO CARNEIRO

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido, se prende ao fato de que apesar do regime de importação “DRAW BACK” adotado pela CACEX — Carteira de Comércio Exterior trazer por um lado, incentivos aos importadores fortalecendo o comércio exterior do Brasil, por um outro está trazendo graves prejuízos aos agricultores brasileiros.

O sistema “DRAW BACK” ao oferecer incentivos fiscais aos importadores, aumenta o volume de importação dos países vizinhos, porém o lucro da importação, industrialização e exportação ocasionado por esse regime vai justamente para as multinacionais que concentram maior poderio econômico. Entretanto, o agricultor brasileiro, já bastante espezinhado, pelo alto valor do custeio de sua lavoura, desde o financiamento até a comercialização, será o grande prejudicado em todos os aspectos econômicos, uma vez que seus compromissos bancários são líquidos e certos e com essa invasão do soja estrangeiro forçosamente ele ficará sem comércio para o seu, evidentemente, dentro do processo comercial que envolve essa leguminosa, aliás bem conhecida por todos nós, lhe acarretará enormes prejuízos.

Se o regime ora adotado não pode ser suspenso por motivos de política exterior, pretendemos que sejam adotadas medidas compensatórias para este impasse, tal seja a liberação para exportação do nosso soja em quantidade equivalente ao “DRAW BACK” já realizado e de novas cotas à medida que outros “DRAW BACK” venham ser efetuados.

Achamos uma medida justa que por certo virá amenizar os ânimos dos nossos agricultores, permitindo-lhes a liquidez de seus débitos e o escoamento da grande safra evidente, motivando-os para o plantio das próximas, o que por certo somente lucro trará ao Brasil e ao Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar o presente pedido de informações à direção do Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, a fim de informar a esta Casa a respeito de matéria publicada hoje pelo jornal “O Estado do Paraná”, onde consta a informação de que um documento teria sido enviado ao I.T.C. por proprietários das regiões de Tucunduva e Conceição, no Município de Castro, sobre cujo documento até agora não houve alguma manifestação daquele órgão.

Assim pretendemos do I.T.C. as seguintes informações:

1 — Se é verdadeira a afirmação constante da notícia (xerox anexo).

2 — Qual a posição do I.T.C. frente ao assunto?

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie telex ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ney Aminthas de Barros Braga, solicitando a sustação do desconto a ser efetuado na folha de pagamento dos professores inativos, relativos à importância paga a mais no mês de abril, e que o referido desconto seja compensado em aumentos futuros.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Os professores inativos do Estado do Paraná receberam com imensa alegria o aumento em suas folhas de pagamento de abril, não sabendo no entretanto, que se tratava de um erro na programação da CELEPAR e que o mesmo terá que ser devolvido aos cofres do Estado do Paraná em cinco parcelas iguais e mensais, o que por certo causará sérios problemas no orçamento de cada um.

Por essa razão vimos solicitar que o Governo do Paraná 'sensível aos grandes problemas enfrentados por todo o povo de nosso Estado, mantenha essa importância em folha de pagamento, compensando as referidas importâncias em aumentos futuros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança e ao Comando da Polícia Militar do Estado, no sentido de solicitar a implantação de um módulo policial no Conjunto Habitacional Parigot de Souza, no bairro do Xaxim em Curitiba.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

O Bairro do Xaxim, distante aproximadamente 10 km, do centro da cidade, possui diversas Vilas e alguns conjuntos habitacionais. A solicitação em implantar um módulo policial no Conjunto Habitacional Parigot de Souza, justifica-se pelo número de residências ali existentes (1.000 casas), bem como pelos demais conjuntos ali existentes que somam cerca de outras mil (1.000) casas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se oficie ao Senhor Secretário de Indústria e Comércio, Dr. FERNANDO FONTANA, o envio de cópia do relatório sobre o aproveitamento da Ilha do Mel.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Nivaldo Almeida neto, sugerindo a imediata indenização dos proprietários que terão suas terras cortadas em face da construção da PR-495, que ligará os Municípios de Marechal Cândido Rondon a Guaíra, neste Estado.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Nossa sugestão se fundamenta em pedido a nós dirigido pela Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon, sob sugestão ao digníssimo Vereador Ariovaldo Luiz Bier, para que questionássemos junto aos órgãos competentes, a imediata indenização dos proprietários cujas terras serão parcialmente atingidas com a construção da PR-495. A necessidade de uma imediata indenização também é justificada diante do grande número de pequenos proprietários que terão suas terras cortadas pela referida rodovia e parcialmente inutilizadas para a continuidade da prática da agricultura.

A demora nas indenizações virá em prejuízo daqueles pequenos proprietários, tendo em vista o galopante inflacionamento nos preços das terras na Região. Com certeza nenhum dos proprietários atingidos protestará contra a construção dessa

rodovia, esperada e prometida há tantos e tantos anos, desde que não precisarão arcar com o ônus da defasagem dos valores da indenização que lhes cabe por lei. O único temor dos proprietários é a eventual demora do pagamento das indenizações de suas terras cortadas.

Diante disso, sugerimos que a indenização seja efetuada ainda antes do início da pavimentação da referida PR-495. O que julgamos meritório e de justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Senhores Oscar Alves, DD. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social e Vilson Deconto, DD. Secretário do Planejamento, solicitando a construção de prédio destinado ao funcionamento dos serviços médicos-sanitários na sede do Município de Corbélia, tendo em vista a impossibilidade de continuarem esses serviços no atual, pelas suas precaríssimas condições.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício à SANEPAR, solicitando imediata instalação de água e esgoto nos bairros denominados Vila Paraguaia, Jardim Santa Maria, Vila CR-1 e Vila Pérola, pois, só na Vila Paraguaia residem cerca de duzentas famílias, muitas das quais há mais de 25 anos. Os moradores dos referidos bairros se utilizam ainda de sistemas rudimentares para se servirem de água e esgoto, pois, no local não existe rede de água da SANEPAR, nem de esgoto. Requer envio de cópia deste à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e ao Vereador Sérgio Spada.

Sala das Comissões, em 06 de maio de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio do presente pedido de informações à direção da BANESTADO S/A. - REFLORESTADORA, a fim de que esclareça a esta Casa o seguinte:

1 — Qual a ligação — se é que existe alguma entre o Sr. Hermann Ralf Pipper e a BANESTADO S.A. - REFLORESTADORA?

2 — Que informações a BANESTADO S.A. - REFLORESTADORA pode prestar a esta Casa, que digam respeito ao assunto tratado na matéria hoje publicada pelo "ESTADO DO PARANÁ", conforme xerox anexo.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, ao Ministério do Interior, ao Conselho de Segurança Nacional e ao Conselho de Desenvolvimento Nacional, solicitando que seja autorizado à União transferir as áreas onde se localizam os Bairros Vila Paraguaia, Jardim Santa Maria, Vila CR-1 e Vila Pérola, à Prefeitura Municipal, ao ITC ou a qualquer outro órgão público para que possa expedir títulos dominiais definitivos a cada morador dos referidos bairros.

JARDIM SANTA MARIA — localizado entre as Avenidas Paraná e Costa e Silva, a partir do trevo onde se encontram essas duas avenidas com a Av. República Argentina, no centro da cidade. A área é composta de quarenta e cinco lotes urbanos devidamente delimitados e cadastrados na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, embora os proprietários não possuam Escritura Pública de suas propriedades, uma vez que a área pertence à União. Os proprietários dos lotes vêm pagando impostos e taxas à municipalidade desde 1976, e inexistem no Jardim Santa Maria as obras de infra-estrutura como iluminação pública, rede de água e esgoto, asfaltamento, precisamente porque os proprietários não podem se arriscar a investir mais no local devido à falta de garantias do direito à posse sobre os terrenos.

VILA PARAGUAIA — a Vila Paraguaia é o bairro mais antigo de Foz do Iguaçu. Residem na Vila cerca de duzentas famílias, muitas das quais há mais de 25 anos, e não existe no local rede de água e esgoto. Não há escola alguma na Vila; todos pagam taxas de iluminação pública, mas não existe no local lâmpada alguma. A Vila localiza-se em frente à Avenida Juscelino Kubitschek.

BAIRRO CR-1 — localiza-se entre as Avenidas Paraná e Presidente Costa e Silva, proximidades com o semáforo do cruzamento da Av. República Argentina e Av. Paraná. Existem no bairro aproximadamente cinquenta famílias com pequenas propriedades e a exemplo do Jardim Santa Maria todos encontram-se delimitados e cadastrados na Prefeitura Municipal. Os proprietários dos terrenos vêm pagando impostos municipais desde 1976, porém os serviços prestados pela Prefeitura Municipal são esporádicos e precários. Inexistem no Bairro CR-1 as obras de infra-estrutura básicas, como rede de água e esgoto, iluminação pública, asfalto, apesar da área estar situada no centro da cidade.

Os moradores desses bairros são vítimas da especulação imobiliária, seus terrenos são desvalorizados, justamente porque não têm títulos definitivos. A situação calamitosa se arrasta a dezenas de anos e como está não pode continuar, porque além dos moradores o município também sofre prejuízos. Requer envio de cópia deste à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e ao Vereador Sérgio Spaga.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, vem REQUERER que, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, respectivamente NEY BRAGA e HAROLDO FERREIRA DIAS, solicitando especiais atenções para o problema da remuneração da polícia militar, e conseqüentemente encaminhar à Assembléia Legislativa, melhoria de soldo, tendo em vista as razões abaixo expostas.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1981.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Temos verificado nos noticiários da imprensa local, seja escrita, falada ou televisionada, que uma gama respeitável de fatos criminosos, são cometidos por policiais da força pública, ou seja da Polícia Militar.

Essas ocorrências se verificam com maior intensidade nos maiores centros urbanos paranaenses, com especial conotação em Curitiba, onde a concentração urbana é altamente superior. Mas não é só na Capital que crimes são cometidos contra a integridade física das pessoas, através de policiais fardados e também civis.

A crônica tem registrado uma quantidade respeitável de crimes praticados pelos homens responsáveis pela segurança

pública, e muitos estudiosos têm procurado uma explicação lógica desse fenômeno sociológico, e as conclusões são múltiplos fatores, ligados à atual situação econômica e psicológica global.

Trata-se portanto, de um fenômeno já conhecido fartamente pelas autoridades, já que os servidores fardados estão sofrendo dupla pressão, pois ao lado da sua baixa renda mensal, estão sujeitos a uma legislação rigorosamente repressiva de comportamento, o que força o policial a libertar sua ira sobre os demais componentes da sociedade.

Na busca de melhores condições de vida, os militares se mobilizam para satisfação das necessidades materiais e, tendo em vista que os cargos correlatos da polícia civil são hoje melhor remunerados, grandes contingentes da corporação militar se habilitam em concursos, transferindo-se para a polícia civil, aproveitando-se destarte, o tempo de serviço para efeito de aposentadoria e a melhoria salarial.

Recentemente, pode-se verificar que, ao ser anunciado concurso para cargos na Polícia Civil, grande número de militares já manifestam seu desejo e anseio de prestá-lo. E um fator curioso é que o policial busca exercer uma atividade do mesmo ramo.

Essa procura tem sido feita basicamente por soldados, cabos, sargentos, oficiais subalternos e mesmo Oficiais intermediários. Entretanto, no escalão superior da Polícia Militar, vale dizer, os oficiais superiores não auferem qualquer vantagem com essa transferência.

Comparativamente, um delegado de primeira classe e um coronel estão basicamente no mesmo nível de vencimentos, os quais representam os postos mais elevados das carreiras respectivas.

Por outro lado, há que se levar em conta os seguintes fatores: enquanto um segundo tenente da Polícia Militar se submete a um concurso de habilitação na Academia Policial Militar de Guatupê, depois de ter concluído o segundo grau completo, frequenta o curso de formação profissional com duração de 3 anos, EM REGIME DE INTERNATO, e tendo que frequentar 3.840 HORAS-AULA; já o Delegado de Polícia de quarta classe, deve ser bacharel em direito, submete-se a concurso público e frequenta 2.760 HORAS-AULA, o que corresponde a MIL HORAS-AULA, a menos que os oficiais militares.

Afora esses aspectos, o segundo tenente passa ainda pelo estágio de aspirante, normalmente superior a um ano, e atualmente há casos que superam os dois anos, por falta de vaga para acesso aos postos superiores.

Entre o cargo inicial da carreira de delegado e de Oficial, há uma ponderável diferença de remuneração, pois o Delegado da quarta classe recebe 78% do vencimento do Delegado de Polícia de primeira classe; o segundo tenente da P.M.-PR ganha 51% dos vencimentos do posto de Coronel.

Além desse comparativo, tem-se que o segundo tenente ganha menos que o Perito Policial, menos que o detetive, e menos que o escrivão, os quais recebem respectivamente 60%, 53% e 52% do vencimento do Delegado de primeira classe.

Mas há que se considerar aí um fator da mais alta relevância, que é o preparo cultural, intelectual. Para esses três cargos, o curso exigido é o segundo grau completo.

Nestas condições, é legítimo indagar qual a vantagem do curso de formação de oficiais da Polícia Militar, se deles é exigido o nível de formação especial e superior, se os citados cargos da polícia civil são portadores apenas de curso de segundo grau, além do que percebem nível salarial superior?

O mais gritante está nos escalões inferiores da hierarquia, pois enquanto do soldado da P.M. e do agente de segurança é exigido o curso de primeiro grau completo, mas enquanto ao civil de início dessa carreira se exige o mesmo nível, lhe é atribuída uma remuneração de 23% do delegado de primeira classe. Porém o soldado percebe 15% dos vencimentos de coro-

nel.

Entretanto, a defecção se alarga mais no resultado final porque, além do diferencial de percentagem, há que se ter em mente que o coronel ganha de vencimento básico, quantia inferior ao Delegado de primeira classe.

Assim também é o critério para formação de Cabos, de Sargentos e mesmo o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos, para o que são exigidas pesadas cargas horárias de formação profissional e especialização, que os habilitam a níveis profissionais correspondentes à polícia civil, porém com rendimentos mensais inferiores, o que constitui uma flagrante incoerência.

O que se procura demonstrar aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é uma vantagem específica e discriminatória dos policiais civis. Não, até pelo contrário, defendemos uma melhor remuneração aos homens responsáveis pela segurança da população, uma renda mensal que lhes garanta uma vida condigna e incapaz de jogá-los na senda da corrupção e da prática de atos imorais. Mas também não podemos ficar calados ante a distância existente nessas duas categorias de servidores públicos, ao mesmo tempo que admitir que os próprios policiais civis ainda não estão recebendo salários compatíveis com suas aspirações.

Entretanto, não podemos rejeitar a hipótese de culpa dos próprios policiais militares, quando da elaboração dos parâmetros legais, do código de vencimentos e vantagens, quando os oficiais e subalternos devem postular do Governo um tratamento mais ajustado à sua realidade.

Quando da elaboração do código de vencimentos da Polícia Militar em 1973, não houve uma preocupação mais específica para que a disparidade não fosse tão gritante. E as mesmas distâncias foram mantidas pela Lei 6839 de 22.11.76.

É oportuno salientar que em face da legislação militar ser muito mais rígida e disciplinadora de obediência, a polícia civil leva grande vantagem na mobilização da classe, revertendo no benefício da melhoria salarial.

O que se verifica, conseqüentemente, é uma incorreção que precisa ser reparada com a maior brevidade, reformulando os índices de vencimentos, ou seja, dos oficiais até o posto de coronel; dos praças, desde soldado, dos cabos, sargentos, subtenentes, aspirantes, tenentes e capitães.

Para tanto, mister se faz que um projeto de lei seja enviado para esta Assembléia Legislativa examinar, discutir e votar, medida que esperamos seja tomada pelo Sr. Coronel Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Sr. Secretário de Segurança Pública com a respectiva mensagem do Sr. Governador, cuja origem também é a farda.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A recente convenção da juventude do Partido Democrático Social, realizada na Capital do Estado, foi um dos mais grandiosos espetáculos de civismo de que temos notícia nos últimos tempos. Não apenas pela expressão numérica dos participantes mas, acima de tudo, pelo entusiasmo dos jovens de nossa terra visivelmente empolgados em poder oferecer sua contribuição à Nação dentro de um partido político.

O conclave reuniu milhares de moços numa prova cabal de que as novas gerações estão imbuídas de suas altas responsabilidades e querem assumi-las com coragem e firmeza de ideais.

Tão significativo episódio, Senhor Presidente, deve merecer um registro especial no momento em que o ceticismo toma conta daqueles que acham que o período de exceção que o País viveu tenha atrofiado a juventude brasileira. Pelo contrário, vislumbra-se na participação dos jovens dentro dos partidos, quais-

quer que sejam as siglas, a explosão de um movimento capaz de promover a almejada renovação do processo político.

Afinal, o futuro lhes pertence e contra esta verdade científica não haverá expedientes casuístas que possam se antepor.

E dos tempos atuais restará apenas a experiência vivida pela Nação da qual os moços deverão extrair preciosas lições.

O mundo prosseguirá, inexoravelmente sua marcha vencendo etapas, ultrapassando gerações, sepultando homens e sistemas e buscando alcançar os misteriosos desígnios da humanidade. Sobreviverá tão somente a virtude que sacramento os sentimentos superiores e as idéias eternas.

Não há, Senhor Presidente, Senhores Deputados, força capaz de revogar as leis de sucessão impostas pela própria natureza.

E ninguém precisará ensinar aos jovens que eles são herdeiros naturais de um patrimônio universal que transcende aos tempos. Portanto, quando assistimos ao magnífico espetáculo que a mocidade paranaense nos oferece, avulta ainda mais a responsabilidade dos atuais políticos, principalmente os detentores de cargos eletivos, em transmitir aos novos companheiros exemplos e lições que ajudem a edificar neste País uma grande e verdadeira democracia. Só assim teremos respondido aos deveres do nosso mandato.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná é hoje, graças ao trabalho incansável de sua empresa de Telecomunicações — a TELEPAR, um Estado privilegiado em termos de telefonia. A integração de nossos 297 municípios é uma realidade. Temos atualmente 590 localidades paranaenses dotadas de atendimento telefônico e, até final do ano, essas localidades vão somar 750 núcleos populacionais. 520 mil telefones estão ativados, devendo esse número subir para 600 mil, também até o final deste ano. Sabemos nós, acostumados a percorrer o Paraná de canto a canto, como seus representantes nesta Casa, o quanto esses dados significam. Sabemos todos da importância da comunicação telefônica para o progresso econômico e social, para o impulso de desenvolvimento.

Como um Estado de economia agrícola, ainda predominante em nosso meio, sabemos e acompanhamos de perto os trabalhos de interiorização da telefonia, colocando fácil comunicação às áreas produtoras. E vemos que, no Paraná, a meta perseguida pelas telecomunicações brasileiras já foi alcançada: a telefonia rural em nosso Estado existe de forma efetiva. Temos hoje 259 distritos atendidos por Postos de Serviço, um número que dobrou em relação ao ano passado, quando pouco mais de 100 localidades dispunham de comunicação pelo sistema rádio-monocanal.

Até o final do Governo Ney Braga, a TELEPAR prevê a instalação de Postos de Serviço em todas as sedes distritais, ficando as mais remotas localidades atendidas pelos serviços de telecomunicações. O telefone há muito, no meio urbano, é lugar comum. Mas no meio rural ele é um elemento aguardado, além de indispensável. Chegue da forma que for, como em Alto São João, onde a TELEPAR instalou a telefonia através de energia solar. O importante é que o Posto de Serviço esteja lá, onde a população precise. Pela importância que os pequenos núcleos populacionais dão à possibilidade de comunicação, temos visto a presença física do Secretário do Interior, Renato Johnsson, e do Presidente da TELEPAR, Gilberto Garbi, em dezenas de inaugurações, para constatarem pessoalmente o júbilo dos paranaenses com os novos equipamentos. De cada ponto são feitas ligações com o Governador Ney Braga que participa

diretamente de cada evento.

A quarta etapa de expansão da TELEPAR, cujas verbas iniciadas já foram liberadas pelo BNDE, vai implantar o Sistema Rural, para o qual serão destinados 10.700 terminais. Dezenas de localidades paranaenses serão dotadas de Centrais Rurais, com capacidade variável de 50 a 100 terminais. Esse sistema funcionará em forma de cooperação mútua, como o existente entre a TELEPAR e a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda., de Campo Mourão, que permitiu a instalação de telefones em 60 propriedades rurais de cooperados, através do sistema rádio-multiacesso. Não há pouco a dizer sobre a telefonia rural no Paraná. Todos os dados já nomeados comprovam que o meio rural será atingido, sempre mais, pela telefonia, igualando as oportunidades das fontes produtoras às que já existem no ambiente urbano. Neste, os informes sobre a TELEPAR já são bastante difundidos. O Paraná é, hoje, o Estado que melhor se comunica pela telefonia em todo o Brasil. A preocupação da Secretaria do Interior é ampliar ainda mais essa perspectiva. Atingimos, em final de outubro do ano passado, cem por cento de automatização nas comunicações urbanas paranaenses.

Todas as sedes municipais são atendidas pela rede de telefonia da TELEPAR, e todas as centrais operam automaticamente. O último município a ser incluído nesse sistema foi o de Inácio Martins, que teve sua central B-64 inaugurada em 30 de outubro, substituindo a então central manual do tipo MG, a única central manual que ainda operava no Estado. Com Inácio Martins integrado ao sistema de discagem automática fechou a TELEPAR mais uma etapa de sua interiorização.

Essa interiorização é prioridade básica em termos de telefonia no Paraná. É até uma consequência natural. Suprimidas as áreas urbanas, que exigem atendimento pela maior demanda, a TELEPAR se preocupa agora com a manutenção da qualidade dos serviços, e com as novas alternativas para mais interiorizar. O serviço público precisa chegar a todos os núcleos populacionais. Mais comunicação é mais oportunidade, é indicador de maior crescimento para os paranaenses. É um direito da população, que será cumprido em curto prazo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois assuntos me trazem a esta tribuna nesta tarde. O primeiro é o encaminhamento de um requerimento Sr. Presidente, em que nós solicitamos através de um telex, um apelo ao Sr. Governador Ney Braga, para que suste o desconto que vai ser efetuado das professoras inativas do Estado do Paraná, que quando receberam o seu contra-cheque do mês de abril, o receberam com um aumento substancial de há muito tempo esperado.

E, após receber o seu contra-cheque, tiveram notícia, de que houve um erro da CELEPAR na emissão dos contra-cheques. E, a notícia que eu tenho Sr. Presidente, é que quase matam as nossas velhas professoras de susto duas vezes: a primeira, quando receberam o seu contra-cheque com aumento e a segunda é de que elas terão que devolver aquela importância para os cofres do Estado do Paraná.

Então, faço daqui um apelo à Liderança do Governo, e requeiro regimentalmente a esta Presidência, que dê prioridade na votação deste requerimento, para que esse telex seja remetido o mais breve possível à Sua Excelência, o Sr. Governador, para que ele suspenda a devolução que deve ser efetuada por parte das professoras inativas e que se faça compensação com os aumentos futuros a serem dados pelo Governo do Estado do Paraná.

O segundo assunto é que acreditamos e somos daqueles

que acreditam que a seriedade nos homens públicos deve imperar, em todos os homens públicos, desde o mais simples funcionário até o Presidente da República. Quando este dá uma declaração, ele tem que agir com seriedade.

O que me surpreendeu no último fim-de-semana, foi uma entrevista dada pelo Secretário dos Transportes, Nivaldo de Almeida Neto, pela Rede Bandeirantes de Televisão, dizendo que nenhuma obra do Governo Federal, no Estado do Paraná, estava paralisada. Todas as obras rodoviárias, de responsabilidade do Governo Federal, no Estado do Paraná, já tinham sido reativadas e os serviços estavam em andamento.

Achei que aquela declaração não era verídica. Não era verdadeira, Sr. Presidente. Mas para constatar melhor, estive na minha região no último fim-de-semana, mais precisamente na minha cidade, Campo Mourão, e lá pude constatar que a entrevista que o Sr. Nivaldo de Almeida Neto deu não é verídica. Não foram verdadeiras as suas colocações dizendo que todas as obras de responsabilidade do Governo Federal, no Estado do Paraná, estavam em andamento.

Porque existe uma obra que é o anel viário da cidade de Campo Mourão, por onde transita todo o tráfego pesado de Itaipu desde o terminal de Maringá a Foz do Iguaçu, e este tráfego passa por dentro da cidade de Campo Mourão, causando um verdadeiro inferno a todos os moradores daquele município. Talvez o Sr. Nivaldo de Almeida Neto venha se esquecendo...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Comunico a Vossa Excelência que faltam trinta segundos.

O SR. DARCY DEITOS — ... que em junho de 79 fizemos um requerimento apelando para que fosse efetuado aquele contomo viário.

Em agosto de 80, a obra foi paralisada pelo DNER e até hoje não voltou a ser reativada.

Faço um apelo de que o Sr. Nivaldo de Almeida Neto, através dos políticos do PDS, que fazem política naquela área, que informem corretamente a Sua Excelência de que o anel viário de Campo Mourão está paralisado e aquela comuna anseia de há muito que aquela obra seja concluída. Ele que não fique dando entrevistas, pela imprensa, inverídicas, porque quem não conhece a região, acha que no Paraná vai tudo bem. O oásis que é o Paraná, que nem diz o Sr. Nivaldo de Almeida Neto, está tudo bem. Não é verdade. Urge de que medidas sejam tomadas por parte das Lideranças do PDS que fazem política naquela área, e comuniquem ao Sr. Nivaldo de Almeida Neto que ele deu uma declaração inverídica.

Fica aqui, Sr. Presidente, este registro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — A Presidência registra a presença, neste Plenário, do Sr. Prefeito Municipal de Guaraniaçu, Sr. Antônio Ramos e do Secretário Geral, Artur Jansen. Também registamos a presença do vice-Prefeito de Marumbi, Sr. Avelino Pavezzi, e do Vereador Santo Ferreira de Albuquerque, também de Guaraniaçu.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. — (Ausente).

Com a palavra o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nome da Bancada do PMDB nesta Assembléia, quero saudar a nova diretoria eleita da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná. Tratou-se, senhores, de uma eleição marcada por duas propostas que refletem, hoje, o próprio impasse político-institucional no País. De um lado, a chapa democracia e desenvolvimento, encabeçada pelo ex-Ministro e ex-Prefeito de Curitiba, hoje presidente do clube Santa Mônica, Ivo Arzua. Defendia esta chapa a concepção autoritária de Uni-

versidade, como pretendem as atuais autoridades de ensino, isto é, na Universidade de comando centralizado, com as já conhecidas conseqüências de criação de uma oligarquia que, circundando o reitor, passa a controlar a instituição.

Defendia a chapada do ex-ministro Ivo Arzua, a idéia de Fundação, presente nos projetos governamentais e bem adequada a esta visão autoritária.

Também ajustada a própria visão do presidente da chapa oficial, um dos signatários do AI-5, que por tantos anos imperou acima de todas as leis neste País e que representava a afirmativa de que o homem não tem direito, a não ser quando o Estado os conceda.

A chapa de Ivo Arzua representava o espectro do AI-5 e de tudo aquilo que ele representou nestes anos de arbítrio e violência, de desrespeito aos princípios mínimos da democracia e das liberdades políticas necessárias à consolidação de uma Nação.

De outro lado estava a chapa Movimento dos Professores, que por suas posições, pelo seu programa e pelos nomes que apresentou, significava exatamente o oposto.

Era a chapa que lutava contra o arbítrio e a violência, exigindo o fim da Assessoria de Segurança Interna na Universidade Federal do Paraná.

A chapa que pretende uma Universidade em que o reitor e todos que ocupem cargos, sejam eleitos pelo voto democrático, passando pelo crivo da confiança e respeito daqueles que pretendem dirigir.

Ganhou a chapa da democracia, da defesa da liberdade. Perdeu o AI-5, que redivivo, inspirou a chapa oficial.

Perdeu a oligarquia, a incompetente tutela e a inépcia administrativa.

Um marco histórico, pois esta é a primeira vez que as forças do acesso, poderíamos dizer da ignorância, perdem eleições dentro desta instituição voltada ao conhecimento.

Primeiro porque as eleições rarearam, segundo porque quando existiam, eram pouco democráticas e manipuladas.

Vê-se que a democracia é saudável, pode lançar oxigênio sobre estruturas tão esclerosadas pela inépcia resguardada pelo arbítrio.

Nossa satisfação é grande, pois a democracia deu um passo e a aplicação do programa de lutas da associação dos professores, com esta nova diretoria, certamente levará a conquistas ainda maiores.

Diz o programa dos eleitos que lutarão por um ensino e pesquisa voltados para os reais interesses da população. Por um ensino público e gratuito para todos.

Por mais verbas para a educação e a pesquisa, doze por cento do orçamento da União.

Pela participação da Associação em todos os esforços que visam democratizar a sociedade.

Nós, democratas do PMDB, saudamos este avanço. O AI-5, os anos de tortura, a violência, a ditadura, o arbítrio.

Tudo isso foi um pouco enterrado ontem na Universidade Federal do Paraná.

Sabemos que resistirão e, sem respaldo social, usarão de todos os meios. Mas a democracia vencerá.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos à tribuna para apresentar um fato que julgamos de grande importância para o meio agrícola de nosso Estado.

Há pouco tempo, a CACEX implantou um sistema, um regime chamado "draw-back" autorizando a importação,

industrialização e exportação de soja, sem os devidos impostos, com impostos altamente subsidiados.

Tomou-se essa medida - creio eu - para facilitar a importação feita pelo Brasil, de soja produzido no Paraguai e Argentina, no Paraguai soja produzido por brasileiros.

Essa medida se, por esse lado trouxe alguma coisa benéfica e esperançosa para nossa Nação; por outro lado, trouxe também uma contra indicação muito triste para os produtores, principalmente paranaenses.

Se não vejamos: a produção de soja da nossa Nação é uma produção altamente comprometida.

Pois todo agricultor quando planta já fica devendo quase toda a produção a bancos estatais, principalmente para o Banco do Brasil.

E, na hora em que colhe o seu produto, o produtor brasileiro tem necessidade de vendê-lo imediatamente, para poder saldar os compromissos feito com bancos, sem ser acarretado, cada vez mais, com juros.

E a importação autorizada sob esse regime, fazendo com que fosse vendida agora, a soja do Paraguai e da Argentina, comprada por firmas brasileiras, mas, que todos nós sabemos que essa comercialização está, nas mãos de multinacionais.

Conseqüentemente, essa medida que nos parecia justa, de início, vem beneficiar grandemente o capital estrangeiro, porque vem ajudar as firmas importadoras e exportadoras multinacionais, trazendo grandes prejuízos para toda a Nação, especialmente para nosso Estado.

Porque, essa comercialização de produtos paraguaios e argentinos tem sido feito através de veículos brasileiros, encarecendo e inflacionando, cada vez mais, o frete do nosso produto.

Impedindo a comercialização do nosso produto e criando uma situação muito difícil para todos os produtores brasileiros, principalmente para os paranaenses.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomamos a liberdade de redigir um requerimento endereçado ao Sr. Ministro da Agricultura e também ao Diretor da Carteira de Comércio do Exterior, Dr. Benedito Fonseca Moreira, para que ele tenha ciência de todos esses fatos e procure, de uma forma possível, compensar o agricultor brasileiro, principalmente o paranaense, pela aplicação do regime "draw-back".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, no Grande Expediente. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos vendo o nosso plenário constantemente vazio assim acontece na Câmara dos Deputados e no Senado, não sei se o desinteresse ou o cuidado em se manifestar sobre este ou aquele assunto.

Antes, o início do período legislativo, aguardando pela constituição das Comissões para poder fornecer subsídios para o debate de plenário, depois a semana santa, os feriados seguidos e, até agora ainda não vimos um "quorum" razoável.

Qual será a causa disso?

Creio que tem contribuído para tudo isto, a insegurança, o desconhecimento das regras do jogo, o que vamos fazer dos Partidos que aí estão se constituindo, um Partido de fato ou uma sigla só para registrar uma candidatura.

Ainda criança, lembro-me muito bem da formação dos Partidos Políticos em 1945, das eleições que se realizaram e do fortalecimento dos Partidos. Na maioria dos Estados a UDN ou o PSD, em outros do PTB, o PSP, o PR, o PDC e muitos outros procurando se fortalecer, até que com o Ato Institucional número 2 editado em 27 de outubro de 1965, foram extintos os Partidos Políticos e, pelo Ato Complementar

número 4 do mesmo ano, se pretendeu bi-partidarismo, digo pretendeu, porque a rigidez e as dificuldades eram tantas que impossibilitavam a formação de mais partidos, nascendo a ARENA e MDB, que na realidade nunca constituíram em Partido, mas sim um agrupamento de políticos em cada lado.

De ambos os lados não afinando entre si, e porque não dizemos um amontoado de políticos, cada um procurando levar a coisa a seu modo.

A famigerada sub-legenda responsável pela não efetivação dos verdadeiros Partidos, nem sempre a maioria, tendo o candidato que pretendia, até que em fim em 1979, veio a sua extinção e iniciou-se um novo processo de abertura política.

Aí estão os partidos criados, na sua maioria ainda em organização, com exceção do PDS, todos estão retardando a sua efetiva constituição, uns retardando as convenções outros segurando o registro, porque todos querem saber a regra do jogo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, passei algum tempo sem visitar os municípios que represento, o que não é de meu feitio, mas para ver, se retardando poderia levar uma mensagem clara e concisa por ocasião de minha visita.

Continuamos ainda nas hipóteses, cada um analisando pessoalmente as várias fórmulas aventadas, manifestando contrário ao que pessoalmente não lhe convém.

Aqui, sem qualquer paixão partidária, porque ainda não deu para apaixonar por nada.

Aí estão os estatutos, os programas partidários, cada qual julgando o seu melhor, mas ainda não colocado em prática como deve, e, continuamos aguardando: será que vai haver coincidência de mandatos?

Será que os votos serão vinculados de Vereador a Governador?

Haverá sub-legenda?

Será permitido coligação?

Quero ser um homem de Partido mas enquanto não se tornam efetivamente Partidos na acepção da palavra, aceito a decisão da maioria de meus companheiros que estão filiados a um Partido que se forma, o PDS, MAS QUERO usar o direito de manifestar o meu ponto de vista.

Sou de opinião que, na realidade quisermos ter partidos consistentes é preciso que se crie condições para isto: eliminando de uma vez por toda a famigerada sub-legenda que não tem justificativa com o pluripartidarismo, a sub-legenda confunde o povo na escolha do melhor candidato, proporciona o desentendimento entre companheiros, o que não justifica se hoje temos várias opções.

Pode e deve ser permitido as coligações partidárias que têm muita diferença da sub-legenda, podem se unir num pleito ou em defesa de uma causa, mas cada um com a sua bandeira partidária.

Não defendo para agora em respeito a maioria de meus colegas, que poderiam dizer estarmos falando em causa própria, porque representamos uma região homogênea, com todos municípios interligados, facilitando uma eleição distrital.

Porém, sou favorável a longo prazo, ao voto distrital misto, dando oportunidade de opção, principalmente aos que como representantes classistas, com atuação em todo Estado possam optar pelo voto de legenda e outros pela regional, dando oportunidade ao eleitor de votar em dois candidatos um pelo distrito e outro pela legenda, tendo o distrital seu suplente.

Não vejo aí o voto de coronelismo, porque o eleitor conhece de perto seu candidato, e escolhe aquele que mais lhe convém.

Se o eleitor conhece o candidato e não gosta do candidato, de nada vale o dinheiro gasto.

Evitará também que no afastamento de um parlamentar, por qualquer motivo; venha assumir sua vaga um parlamentar de outra região completamente diferente daquela a que pertencia o seu titular, prejudicando a região que unida elegeu o seu Deputado.

Sou frontalmente contra a coincidência de mandato, que até hoje não consegui entender.

Se numa eleição só para Senador e Deputados, tivemos um grande número de votos nulos e brancos, o que será com a coincidência em que todo brasileiro é obrigado a votar, quando deveria ser livre para que pudesse livremente votar ou deixar de votar de acordo com sua consciência.

Só assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós poderemos ter os verdadeiros partidos destinados a acolher, centralizar e manifestar as forças e o poder político, convertendo em intermediário entre o cidadão e o Governo.

O Sr. Ailton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Gilberto Carvalho, devo primeiramente reconhecer a oportunidade do pronunciamento de Vossa Excelência e devo destacar que é exatamente importante, numa Casa política como esta, que Parlamentares como Vossa Excelência se preocupem com a temática do momento da política nacional.

Temos visto, na verdade, de todos os setores, manifestações que emanam de vozes diferentes, de correntes político-partidárias diferentes, mas quase sempre de críticas e poucas vezes de análise.

E a análise, neste momento, é importante porque todo o País deve, efetivamente, discutir o que é melhor para o seu aperfeiçoamento democrático, nesta hora.

E o que de melhor vai repercutir, especialmente no pleito de 1982.

Vossa Excelência traz à Casa, um pronunciamento que está calcado exatamente nesta filosofia e me permito, da mesma forma como Vossa excelência, dizer nesta hora que nós políticos, com absoluta prioridade, devemos cuidar deste assunto que nos diz respeito, deveremos colocá-lo sobre o crivo da Nação brasileira, para que possamos acompanhar uma média de opinião nacional e para que tenhamos condições de formar o nosso juízo pessoal.

Devo, me aproveitando, me socorrendo deste aparte que Vossa Excelência me concede, me manifestar contrariamente, da forma mais premissória possível, a esta propalada prorrogação de mandatos eletivos de Deputados Federais, Estaduais, Senadores e Governadores.

Porque, acredito que, efetivamente, a legitimação da regra política consiste, substancialmente, na realização de eleições.

Portanto, meus cumprimentos a Vossa Excelência pelo pronunciamento e pela disposição de discutir um assunto que deve ser, se não a matéria prima exclusiva do político, deve ser o seu patamar mais importante de diálogo e de debate.

Muito obrigado.

O Sr. Dácio Leonel — Peço um aparte, Sr. Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que só vem valorizar o nosso pronunciamento, nobre Deputado, e é preciso que continuemos para que tenhamos ...

O Sr. Deni Schwartz — Pela ordem. Solicito, nobre Deputado que está na tribuna, está exatamente falando sobre o

esvaziamento dos Parlamentos.

Está falando com seriedade e eu, que sou homem de Oposição e quero ouvi-lo, solicito a Vossa Excelência que solicite aos Srs. Deputados que, pelo menos, se não querem ouvir, se retirem do plenário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Queria solicitar ao caro Deputado e amigo Dácio Leonel, que terei um imenso prazer em conceder o aparte, mas gostaria de continuar o pronunciamento, que é um pouco longo e, no final, concederei com prazer o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Dácio Leonel — Agradeço e fico então inscrito, Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — “O Partido político - ensina Afonso Arinos, é a peça mais importante no quadro do funcionamento dos governos modernos.

Instrumento insubstituível na organização jurídica e política do poder, sua instrumental e técnica não se acha condicionada a qualquer ideologia ou sistema.

Estados democráticos ou totalitários vivem hoje organizados sob o signo partidário.

O eleitor se manifesta dentro de um sistema de instituições ou interesses, sistema que cria um verdadeiro grupo de instituições políticas, colocadas entre o sufrágio popular de um lado, que gera o poder, e o poder, do outro, que nasce do sufrágio, que se convencionou denominar de partidos políticos.

O povo sempre soube escolher o que melhor lhe convém e se o povo errar, ele saberá como mudar, por isso estou tranquilo, falo com a tranquilidade de um político que neste ano completa vinte anos de vida pública, de vida pública pela escolha do povo.

Como Vereador, como Prefeito e para os três mandatos de Deputado.

Esta definição precisa ser urgente, não podemos ficar o resto de nosso mandato, discutindo a REFORMA ELEITORAL.

Os municípios novos estão abandonados sem solução. Não têm um comando administrativo, desestimulando os que lutaram pela sua emancipação, quando o Governo que concentrou tudo para si, não soluciona e não delega poderes; os municípios instalados pedindo pela REFORMA TRIBUTÁRIA, para terem um pouco de independência econômica, aplicando o que é seu e não se subordinando até seus recursos próprios ao Governo Federal.

Tem afirmado nosso ex-Secretário do Planejamento, hoje Secretário da Administração, Véspero Mendes: “PRECISAMOS NOS PREOCUPAR COM OS MUNICÍPIOS, É NELE QUE VIVEMOS E SE TEMOS UM MUNICÍPIO FORTE, FATALMENTE TEREMOS UM ESTADO FORTE E UM PAÍS PUJANTE”.

É preciso que venha essa reforma tributária para que o Governo Federal não tenha concentrado para si todos os recursos empobrecendo os municípios.

Confesso que estranhei na semana passada quando um Deputado da Oposição criticou Saul Raiz, por estar entregando dinheiro aos municípios.

Não vai aqui defesa a Saul Raiz, porque seus atos não precisam de defesa, é digno de louvor a sua preocupação em fortalecer o município, entregando o recurso sem burocratizar, o Prefeito é que conhece suas prioridades e, ele faz o plano.

A Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios informa o montante do recurso e o Prefeito apresenta o plano.

Este é um exemplo para o Brasil, é preciso que o Governo Federal se conscientize disto, não pode continuar a concentração de recursos na área Federal e, para liberar recursos a um

município, eles que ditam o plano e exigem projetos sofisticados por orientação dos tecnocratas fazendo com que muitas vezes o município perca o recurso por não dispor de condições de montar o projeto e, quando o fazem precisam valer-se de firmas especializadas que cobram vultosas porcentagem sobre o valor do mesmo.

As medidas que o Governador Ney Braga vem tomando, vem ao encontro das pretensões de todos os brasileiros preocupados com a pessoa humana, mesmo antes de assumir o Governo, a tônica de seus pronunciamentos sempre foi da valorização da pessoa humana, preocupado em conseguir trabalho para todos, em proporcionar um melhor nível de ensino, melhores condições de saúde ao povo e na fixação do homem no campo, com programas especiais para as regiões mais carentes.

Esta tem que ser a preocupação de todos nós que falamos diretamente com o povo e sabemos que ele precisa de nosso apoio.

Por isso não podemos concordar quando alguém faz desconhecer ou procura encobrir o trabalho de nosso grande Líder Nacional que é NEY BRAGA.

A liderança de um município ou de uma região, pode ser substituída com alguma dificuldade, mas uma liderança Nacional, trabalho de muitos anos e, isto Ney Braga já deu prova nas várias funções que desempenhou na defesa de nosso Estado e do Brasil, deu prova nas urnas que é um Líder, e por isto vamos valorizar o que é nosso, prestigiando, dialogando para que alcancemos a plenitude democrática.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, agradeço a distinção, mas devo dizer que o aparte que solicitava, no instante em que Vossa Excelência lia seu pronunciamento, se alicerçava no fato de que, da tribuna, o eminente Parlamentar estava abordando o problema da famigerada sub-legenda, expressão que Vossa Excelência usou da tribuna e que me agradou profundamente.

Porque eu também tenho me batido estoicamente nesse campo, por ver, na sub-legenda, a negação dos partidos políticos.

Mas, entendi, Sr. Deputado, a coragem da presença de Vossa Excelência na tribuna, especialmente porque ouvi, passado até - diga-se de passagem, a presença, há 2 ou 3 dias, na televisão, do nosso eminente Governador Ney Braga, defendendo a sub-legenda.

Porque li, há uns 10 ou 20 dias, uma defesa do Presidente do PDS no Paraná, Deputado Norton Macedo, defendendo a sub-legenda, só que restringindo só para duas, só para o momento, e duas só para agora.

Então, em função de posições que não consigo entender. Aliás, entendo apenas no aspecto de se tentar encontrar uma fórmula, de tentar encontrar, pelo menos, um caminho que visualize ou possibilite, talvez, pensar vencer uma eleição. A única forma que entendi que pudesse, tanto o Presidente do PDS, ou o Sr. Governador Ney Braga ter feito a defesa da sub-legenda.

Quando saímos do regime bipartidarismo e passamos para o pluripartidarismo exatamente para isso, para acabar com as sub-legendas dentro dos partidos políticos.

Porque elas, sempre representaram a negação da existência dos partidos políticos.

Então, naquele momento em que ouvi o pronunciamento de Vossa Excelência me ater a outros detalhes, porque estou acompanhando o pronunciamento que Vossa Excelência faz da tribuna, em diversos ângulos, só porque o instante me pareceu bastante oportuno, para que eu pudesse, daqui, em nome do meu Partido, abraçá-lo, porque é uma tese que defendemos.

Achamos que deve ser a linguagem de todos os políticos para que possamos, de vez por todas, liquidar, como disse Vossa Excelência, com a famigerada sub-legenda dentro do processo político brasileiro.

Meus cumprimentos, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e lembro ao nobre Deputado, que, no início de meu pronunciamento disse: quero ter o direito de expressar o meu ponto de vista que aceito a decisão da maioria dos meus companheiros, mas quero ter o direito de expressar o meu ponto de vista. E ele é contrário à sub-legenda.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, Vossa Excelência afirmou, há pouco, que não se consegue ter paixão pelos partidos políticos.

Na oportunidade, nobre Deputado, quando o Governo que Vossa Excelência sempre defendeu praticou mais um golpe de Estado, extinguindo os partidos políticos, ficou bem claro que as coisas nasciam de maneira errada novamente. É por isso, que sempre nós defendemos a Assembléia Nacional Constituinte, fazendo com que os grupamentos políticos através desta Assembléia fossem realmente reais, verdadeiros e não postigos. Aqueles que pensam de determinada maneira, se agrupariam sob determinada sigla.

E nós vemos que dessa maneira, realmente, nós não vamos chegar a termos esses grupamentos que sejam unitários na sua prática. Nós continuamos a ver declarações que nos chocam, de elementos que sob partidos de oposição, mas que na realidade ainda defendem o autoritarismo e também vemos, não com muita frequência, elementos que estão em partidos que estão dando a sustentação ao atual regime, ao atual Governo, fazerem declarações plenamente aceitáveis, totalmente democráticas. Então, a gente gostaria de deixar aqui mais uma vez, a posição que nós temos a respeito desse assunto.

Os partidos só serão realmente verdadeiros, na medida em que eles puderem nascer nas bases e não como nasceram ainda desta vez, praticamente, com a extinção do MDB e da ARENA e se fazendo encaminhamento da formação dos novos partidos de maneira errada. Quanto ao problema que Vossa Excelência vem também abordando da presença do Sr. Saul Raiz, acredito que o meu Partido já deixou bem claro a posição que nós adotamos. Porque estamos vendo declarações no sentido de que o Sr. Saul Raiz está dando dinheiro.

O Sr. Saul Raiz não está dando dinheiro para alguém, o dinheiro não é dele, o dinheiro é do povo. Esse dinheiro tem que ser repassado aos municípios não dessa maneira, com o pires na mão, com os Prefeitos fazendo a romaria da miséria de novo. Marcando-se hora, dia, mês, semana, para ser recebido pelo Sr. Saul Raiz para receber um cheque, que ele está entregando.

Não deveria ser assim, não. A Federação neste País está esquartejada, não existe Federação, República Federativa aqui é uma mentira. Fui Prefeito e sei, nós não temos autonomia. A Lei sim é que deveria fazer o repasse para os municípios e não o Sr. Saul Raiz, funcionário da Klabin que retiram lá de um polpudo vencimento, trazem aqui e ele se transforma naquilo que já se falou nessa Casa, “num mero passador de cheques”.

Para fazer o que o Sr. Saul Raiz está fazendo, sem segundas intenções, bastaria se pegar um funcionário da FAMEPAR por exemplo, com um auxiliar e fala ele: fulano, bate um cheque de 8 milhões de cruzeiros que eu vou mandar para determinado município. Não precisaria se fazer Secretaria nem nada.

Na realidade o que existe, é a pressa, o assodamento do PDS, do Governo, do Sr. Ney Braga de fabricar um candidato da sua estrita confiança. O PDS não tem candidatos para se apresentarem à população do Paraná, sem os vícios do passado, como nós não temos esse problema. Na realidade nobre Deputado,

o que pretende o Governo de Vossa Excelência, o Governo Ney Braga, é fabricar bionicamente um candidato ao Governo do Estado. Eu posso dizer a Vossa Excelência que ele será fragorosamente derrotado pelo povo do Paraná.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Quando eu falei que não se conseguiu ainda, apixonar pelos Partidos Políticos, porque efetivamente, ainda não se tornaram os verdadeiros com o seu pleno funcionamento. E, quando Vossa Excelência disse, que o Governo extinguiu os partidos eu acabei de dizer, que eu não tinha esse dois agrupamentos como partidos e foram extintos numa boa hora. E é preciso que falemos daqui para frente, para que esses partidos que estão se organizando, se tornem verdadeiros partidos, o canal de acesso do povo ao Governo.

Saul Raiz veio sim, nobre Deputado, da Klabin. Mas, talvez Vossa Excelência não conheça o passado de Saul Raiz, que tantos serviços já prestou ao Paraná. Como Diretor do DER, como Secretário de Viação e Obras Públicas, sempre desempenhando funções no Paraná e dando a sua contribuição, demonstrando a sua capacidade de trabalho. Tomara que ele, nesta campanha de atendimento e fortalecimento aos municípios, como municipalista que é, possa se tornar um candidato mais forte para concorrer às eleições. E como assim torço para que esses, que se dizem candidatos a Deputados, Secretários de Estado, não me preocupam, o que me preocupa é que se dê um bom atendimento aos municípios e que adquira condições de ser um bom candidato. O PDS tem candidatos para serem lançados e as urnas têm mostrado que o nosso Partido hoje, a maioria originária da ARENA, sempre venceu as eleições no Paraná.

Quando critiquei a sub-legenda, não pensei em PDS, não pensei em PMDB, porque o próprio PMDB foi beneficiado com a mesma, mas acho que se tivermos e continuarmos pensando em nós pessoalmente, jamais daremos nossa contribuição para o fortalecimento dos partidos.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado, cheguei há pouco e estou vendo esta celeuma, de um dinâmico Deputado da Oposição, conhecedor dos problemas paranaenses, atacando Saul Raiz. O que não entendo, Deputado Gilberto Carvalho, é como um homem, que quer bem ao Paraná, está contra outro homem, embora numa legenda diferente, que carrega benefícios para o Paraná e para a sua gente. Onde está o patriotismo do pessoal da Oposição?

Saul Raiz tem dado dinheiro indistintamente, para os Prefeitos da Oposição e da Situação. Tem procurado carrear benefícios como um homem de tirocínio administrativo, como homem vindo de uma administração privada, mas como homem que tem capacidade de trazer dinheiro para as comunas paranaenses, para amparar Nova Londrina num vendaval... o que querem os homens da Oposição? Que nomeamos simples funcionários para dar cheques sem fundos? O que queremos é um homem da qualidade, do gabarito de Saul Raiz, para podermos estar estribados dentro do complexo onde o Paraná precisa de homens com tirocínio administrativo, para que possam trazer benefícios, embora isto não satisfaça a Oposição. O nosso problema não é satisfazer a Oposição, como homens que nada fazem, que se vêem dinheiro criticam, se não vêem, criticam do mesmo jeito.

Digo mais, Saul Raiz é o “calcanhar de Aquiles” da Oposição, que haverá de trazer mais e mais dinheiro para ser aplicado nas infra-estruturas dos pequenos municípios, quer queiram ou não os derrotistas da Nação.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e consulto a nossa Liderança se pode ceder mais cinco minutos.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — A Liderança do meu Partido concede cinco minutos ao Deputado que está na tribuna,

do horário reservado à Liderança.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, quero apresentar meus parabéns, porque praticamente todo o seu discurso coincide com o que pensamos. Somos favoráveis a que, no futuro, não agora casuisticamente, tenhamos um voto distrital misto, para darmos oportunidade aqueles que não são as “raposas da Política” possam vir para esta Casa; ao mesmo tempo em que esta Casa também não venha a ser constituída apenas de novos, para que assim, nessa seleção natural, esta Casa possa ser ocupada pelos melhores do Paraná.

Hoje, ainda, quando entrava na Assembléia, vi a placa e ficava a pensar: “Há quantos anos, na verdade, esta Casa é ocupada pelos mesmos”. Será que o Paraná não mudou? Sou totalmente concorde com Vossa Excelência sobre a coincidência de mandatos. A coincidência é uma aberração, não só pela inviabilidade de uma eleição, mas a coincidência de mandatos é uma maneira de manipular resultados, porque, de cima abaixo se procura levar o eleitor para um lado só.

O ideal seria que tivéssemos eleições de ano em ano, porque aí sim, todos nós, desde o Governador até o Vereador, teríamos que todo ano ir dialogar com o povo, e não esquecermos o povo durante quatro anos do nosso mandato. A eleição é altamente benéfica para qualquer regime democrático, seja ela de associação de bairro, seja ela para Governador, para Presidente da República.

Portanto, a coincidência é anti-democrática.

Vossa Excelência falou da prorrogação. Somos totalmente contrários, porque, além de estarmos usurpando do direito do povo de nos eleger, nós estaríamos aqui passando recibo de que a classe política brasileira — como quer o regime caracterizar, de que a classe política brasileira não presta — seria o recibo final, seria o enterro e o fechamento, de fato e de direito, e aí sim, de direito, o fechamento das Casas Legislativas.

Portanto, estamos plenamente de acordo. Estamos contra a prorrogação, contra o casuismo de dividir Estado em distritos, de acordo com interesses que não os do povo, e somos contra a coincidência das eleições.

Quanto a um fato levantado pelo Deputado Waldyr Pugliesi, sobre a atuação do Sr. Saul Raiz, eu diria o seguinte: Vossa Excelência, se não me falha a memória — e vou falar de um Presidente do sistema que aí está — Vossa Excelência foi Prefeito logo após 64. E uma das grandes coisas que foram feitas neste País, foi pelo Presidente Castelo Branco, quando deu aos municípios autonomia.

Não deu mais dinheiro, como muitos pensam, que através do ICM a cota dos municípios aumentou. Há um estudo do atual Deputado Hélio Duque que prova perfeitamente que o antigo artigo 20, o célebre artigo 20, fazia devolução aos municípios de mais dinheiro do que o ICM, criado à época de Castelo Branco.

O que ele fez — e aí está o mérito dele — foi moralizar, ficou automática a volta do dinheiro aos municípios. Agilizou a volta antes, e, até hoje, muitos municípios ainda correm atrás de pequenas parcelas do artigo 20 que o Governo não pagou. O Prefeito ficava manietado ao Governo.

E este diálogo é possível, Deputado, porque Vossa Excelência, homem do Partido do Governo, levantou questões importantes. Talvez amanhã, sejamos governo. Assim esperamos. Talvez sejamos governo e talvez aí tenhamos de ter o nosso Saul Raiz, discricionariamente entregando dinheiro.

Portanto sequer é uma reforma tributária que devolva ao Prefeito, devolva ao Vereador, devolva ao município, a sua autonomia financeira. Desculpe-me alongar no aparte.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, nobre Deputado.

Gostaria de continuar dialogando com Vossa Excelência, mas o meu tempo já está praticamente esgotado. Concedo apar-

te ao nobre Deputado Augusto Carneiro.

O Sr. Augusto Carneiro — Deputado Gilberto, rapidamente eu gostaria de me congratular com Vossa Excelência, pela oportunidade do pronunciamento, porque na hora em que nós vivemos, na hora política nacional, é necessária a manifestação de todos os políticos militantes, através dos seus caminhos, que são os seus Partidos políticos.

É necessário e é interessante que todos os Partidos expressem os seus pensamentos quanto a estipular a regra do jogo nas próximas eleições, e fico feliz, nobre Deputado, quando vejo que Vossa Excelência ocupa a tribuna num pronunciamento que tende a falar exclusivamente no estabelecimento de reformas eleitorais, e não em condição eleitoral de cada Partido.

Mas, no entanto, alguns Deputados assim entenderam, como o nobre Deputado Waldyr Pugliesi, dizendo que o Governo acabou com os Partidos, quando, na verdade, os partidos se acabaram por si sós. Porque, as tendências do povo brasileiro requeriam mais que dois partidos, requeriam um sistema diferente eleitoral. E tanto é prova disso que já existem seis partidos devidamente constituídos e ainda existem políticos que tendem formar outras agremiações.

Isso caracteriza a tendência natural do povo brasileiro. Por isso foram os partidos antigos extintos. E a extinção desses partidos não foi um caso de casuismo. Quem olhar a história política de nossa Nação vai ver que ela é feita de reformas constantes.

Por isso, me congratulo com Vossa Excelência por esse pronunciamento, dizendo que o necessário não é saber se o partido está pretendendo ou com esperança ganhar ou perder as eleições. Todos os partidos quando se constituem, o fazem para disputar a preferência do povo brasileiro. E devem todos os partidos ter consciência de que poderão ganhar ou perder. Mas, o importante é abraçar o programa partidário que entenderam conveniente para suas idéias. E é isto que nosso Partido está fazendo no momento. Não tememos correr eleição, seja qual for o resultado. O que é preciso, isto sim, é estipularmos as regras do jogo, para, dentro dessas regras, podermos lutar e tentar ganhar a preferência do povo brasileiro. E tentar fazer com que se aplique o programa que cada partido tem.

Obrigado pelo aparte.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço ao nobre Deputado. E é por isso que temos que lutar, pelo fortalecimento dos partidos políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente, não dá para entender o que o Governo denomina de “prioridade” para a agricultura, pois o que se lê nos jornais de hoje, atesta o quanto existe de incoerência entre os Ministérios e seus tecnocratas.

Na semana passada, ocupamos esta tribuna para a realização de um pronunciamento, onde pedíamos ao Governo Federal que garantissem ao agricultor um sono tranquilo, sem pesadelos com os Ministérios da Agricultura e do Planejamento. Que aos responsáveis pela produção agrícola fosse garantido o sono tranquilo, sabendo que no dia seguinte a política para o campo continuaria a ser a mesma.

Hoje, através da imprensa, tomamos conhecimento de uma declaração do Ministério da Agricultura, manifesta através de seu assessor econômico, Deniz Ferreira Ribeiro. Diz o assessor que o Ministério é favorável ao aumento de 60 para 80 por cento do percentual de financiamento do VBC - Valor Básico de Custeio para os grandes produtores de trigo.

Resalta, entretanto, que se o Governo não tomar uma decisão até a próxima semana, de nada adiantará posteriormen-

te aprovar o aumento do financiamento. Isto porque, segundo explicou, a elevação do VBC agora estimularia apenas a produção do Rio Grande do Sul, cujo plantio se inicia nesta época e que responde por somente 30% da produção nacional.

E os demais Estados, responsáveis pelo restante da produção nacional, como é que ficam? Como fica o agricultor do Paraná? Por que esta falta de previsão do Governo Federal com relação às safras de trigo? Estas são questões que desejamos deixar aqui colocadas no dia de hoje e que vem a se somar as declarações que fizemos em nosso pronunciamento anterior.

A absoluta falta de previsão para com o setor agrícola, por parte do Governo Federal, é gritante. Como o Paraná, um Estado eminentemente agrícola, poderá fazer suas previsões de safra com uma política para o campo que hoje não é a mesma de ontem e amanhã será diferente de hoje?

Está na hora dos Ministérios do Planejamento e da Agricultura se somarem e definirem uma política com pelo menos dois anos de antecedência para a agricultura.

O homem do campo está cansado das incertezas do Governo Federal. É preciso colocar um basta nesta situação. Chega de brincar com o agricultor. Parece até que o Governo Federal desconhece que o homem do campo é o responsável pela alimentação de todos os brasileiros. Está na hora de quem detém poder de decisão assumir a responsabilidade por seus atos e está na hora aliás, passando da hora de nós, que recebemos do povo a procuração para defendê-lo, não aceitar mais essa irresponsabilidade oficializada.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Antônio Cotrim, eu ouço com atenção o seu pronunciamento e ele é seqüência até de um pronunciamento feito já anteriormente por Vossa Excelência, quando enfaticamente Vossa Excelência critica o modelo agrícola brasileiro.

Agora, o que eu estranho nobre Deputado, é que Vossa Excelência critica exatamente um Governo que Vossa Excelência dá sustentáculo. Para mim não está casando essa sua posição de crítica enfática em cima do Governo Federal, na sua política agrícola. Mas, no plano institucional, Vossa Excelência é um daqueles que dá sustentáculo a este modelo que está implantado, este regime que está instalado.

Só adota as medidas que adota, porque tem na classe política como Vossa Excelência, o sustentáculo que lhe dá o respaldo necessário para tomar as medidas casuísticas que tomou até hoje dentro da Nação. Então, realmente, é estranho e até chegaria a lhe perguntar qual seria a sigla do seu partido? Porque para o menos desavisado que está ouvindo Vossa Excelência dentro dos gabinetes, entenderia de que fosse um Deputado de outra sigla partidária.

Obrigado.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Agradeço o aparte nobre Deputado Darcy Deitos, mas o pronunciamento que faço aqui, todos eles são baseados no programa do PDS, que eu li atentamente antes de me filiar a ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Concedo a palavra no Horário reservado ao PMDB, ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, queria fazer um registro lamentando que um pronunciamento como o que Vossa Excelência fez nesta tarde, não tivesse a mínima audiência por parte do seu Partido. Esta é a maior prova do esvaziamento que o Parlamento está sofrendo e o descrédito maior ainda junto à população.

O Sr. Gabriel Manoel — ... Sr. Presidente, pela ordem. Queria que o orador que está na tribuna, ... o Sr. me permite a

palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Tem a palavra.

O Sr. Gabriel Manoel — A mínima audiência não, porque somos mínimos mas não tão assim. Porque fazemos parte de uma audiência também, do Partido PDS. Agora do Deputado diz que tem a mínima audiência, menosprezando no estilo ditatorial da esquerda de Moscou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente...

O Sr. Darcy Deitos — Sr. Presidente, eu encareço Vossa Excelência que quando um Sr. Deputado solicita a palavra, pela ordem, tem sabido e se carece de fundamento, porque se ouvir uma besteira que nem esta do Deputado Gabriel Manoel...

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, mas se está no artigo 153. Besteira é o moço que está falando!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está reaberta a sessão.

Retorna com a palavra o nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente. Certas vezes é preferível ouvir o que se ouviu, do que ser surdo. Agora, desde criança aprendi uma coisa, que cachorro louco aparecia no mês de agosto. Mas, pelo visto aqui aparecem também no mês de maio. Tenho visto tantas coisas aqui, Sr. Presidente e agora temos até um epíteto para dar para o nobre Deputado. é o Deputado vampiro. Porque falou aqui, — e é bom que se registre nas Atas, que iria beber o sangue. É o Deputado vampiro! O que sei realmente é que não é bem sangue o que ele anda bebendo não...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Solicito a Vossa Excelência que se contenha em seu pronunciamento. Continua com a palavra Vossa Excelência.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, temos aqui alguns jornais que afirmam que o Presidente quer apurar atentado. Agora é ordem. Está aqui numa manchete do "O Estado de São Paulo" A "Folha de São Paulo" diz o seguinte: "Nem duas mil bombas detêm a abertura". Mas, pelo visto, iremos assistir, neste País, a detonação destas duas mil bombas e iremos continuar a ouvir que ninguém detém a abertura.

A sociedade brasileira, Sr. Presidente, espera pronta ação contra o terror. E aqui desta tribuna, neste caso específico de combate ao terrorismo, uma vez mais a Oposição se faz presente para dizer que neste caso provocado, planejado pela extrema-direita, a Oposição se soma aos esforços de todos aqueles que realmente querem deter a mão criminosos dos direitistas detonadores de bombas.

Lembro-me também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de uma afirmação do Sr. Presidente da República que dizia: — eu prendo e arrebento aqueles que se colocarem contra a Democracia!

Na realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada disto, até o momento, está acontecendo. Estão prendendo, na verdade, patriotas que se organizam para libertar este País e estão arrebentando de fome o trabalhador brasileiro. Este é o "prendo e arrebento" que tenho visto até este momento.

A sociedade brasileira quer mais do que uma frase de efeito. A sociedade brasileira está farta de retórica inútil. Onde a solução para os casos de terrorismo de direita?

De nada adianta a afirmação de que "nem 2.000 bombas vão acabar com a abertura, com a fé democrática", do Presidente da República, quando não temos nem democracia, nenhuma evidência real de que o Governo pretende aca-

bar com aqueles que fazem as bombas, que fazem da violência, dos atentados, os seus únicos argumentos políticos.

O que é que impede o Governo de estirpar da vida brasileira este câncer abjeto? O que impede o Presidente Figueiredo de determinar a cirurgia de regeneração? A omissão solidária? Será que é a omissão solidária? A convivência? A ausência de Poder real desses que se dizem os reais detentores do Poder?

Não queremos acreditar nisso.

Hoje, é verdade — e é bom que se diga — o povo brasileiro faz estas perguntas. Lembra que o Presidente Geisel, pressionado, na época, pelas evidências do caso do assassinato do operário Manoel Fiel Filho, assassinado pelo DOI-CODI, o Presidente retirou, sacou, expulsou com desonra, do Comando, o General Edinardo Ávila Mello, e determinou o fim de torturas, determinou o fim de assassinatos que faziam parte do cotidiano daqueles órgãos, a tortura institucionalizada neste País.

E quando nós falávamos em tortura, em todos os lugares, muitos, como agora ainda se ouviu nesta Casa, nos acusavam de sermos agentes de Moscou. É o chavão esfarrapado, mentiroso, daqueles que, ao invés de assumirem posições em favor da democracia, defendem a prorrogação de mandatos, como defendeu aqui, outro dia.

O mesmo órgão, Sr. Presidente, onde trabalhava o Sargento Rosário, e o Capitão Machado, que na noite do dia 30, foram vitimados por um acidente de trabalho. Acidente de trabalho providencial, é bom que se diga, que acabou por impedir que as bombas explodissem sobre milhares de pessoas que participavam de uma concentração democrática no Rio-Center.

Não me surpreendo se, amanhã, aqui mesmo nesta Casa, ou em outras Assembléias não aparecer alguém dizendo que os dois terroristas vitimados, são grandes admiradores da música popular brasileira, e estavam lá para ouvir o Chico Buarque, a Gal Costa, e sei lá mais quem.

A gente não pode nem se surpreender, se vierem com estas versões que o próprio Líder do Governo no Senado — e aqui é preciso que se renda uma homenagem ao Senador Nilo Coelho, do PDS, que tomou, através de declarações, posições viris, posições corretas, dizendo do açodamento, do apressamento, do destempero daqueles que se alvoroçaram em mostrar os fatos de determinada maneira, quando nós sabemos que nada disso foi o que aconteceu.

Que fará o Presidente nesta situação?

A sociedade brasileira o acompanhou, nestes dias, pela imprensa, ao Jockey Clube, às festas de Bodas de Ouro do General Médici, e a outros festejos.

Mas, a Nação esperava uma declaração, uma indicação de medidas que estejam sendo tomadas. Nada, até aqui Senhores, a não ser a declaração de que nem “2.000 bombas vão acabar com a democracia”, que na realidade, nós não temos.

Diz um artigo da “Folha de São Paulo” que fechar os olhos diante da verdade significa endossar a mentira e confirmar as razões daqueles que sempre confiaram na nossa ignorância, nutrida de indiferença, egoísmo, medo. As declarações de algumas autoridades sobre o caso do acidente de trabalho no Rio-Center atentam contra nossa inteligência. Certas explicações oficiais parecem acreditar na idiotia geral, na imbecilidade do conjunto da Nação. Escarnecem do Poder Legislativo, do qual já retiraram pela força suas prerrogativas. Escarnecem do Poder Judiciário, que nada pode fazer neste momento enquanto as investigações correm por conta dos órgãos de segurança, os mesmos CODI-DOI que portavam as bombas e que no entender do Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, devem sair em busca dos “materialistas”, prováveis responsáveis na explicação do general.

Onde estão os terroristas? Vêm do além, são espíritos maus de outra dimensão? São os terroristas astronautas, invadindo o Brasil com a firme disposição de um dia nos dominar?

Vêm do exterior como comandos de outras Nações que querem desagregar o Governo, estabelecer o caos e ferir os princípios democráticos que aqui imperam?

Ora, Senhores, deixemos de brincar sobre questão tão séria. Sempre que surgem indícios de participação de grupos direitistas, aparecem medidas oficiais destinadas a distrair a atenção. Quem não se lembra do suposto núcleo trotsquista de Antônio Carlos, em Minas, que determinados serviços militares descobriram quando isso conveio a certas patentes? E quem esqueceu o grotesco episódio das “armas de guerra” que o General Tavares andou explorando em São Paulo?

O imprevisto, o acidente, provou ao País o que ele já suspeitava há tanto tempo. Em termos de inquérito nunca houve pistas tão claras. O mistério consiste em saber se o General João Figueiredo dispõe de autoridade necessária para mandar segui-las. A essa questão só ele terá condições de responder e de sua resposta saberemos, afinal, onde se situa o verdadeiro comando deste País. Ele tem a oportunidade de demonstrar, agora e definitivamente, que está decidido a erradicar os revanchistas do arbítrio, os revanchistas que se habituaram aos métodos tão desenvolvidos pelo CODI-DOI para resolver impasses políticos, tendo como regra maior a de que a melhor maneira de enfrentar o adversário é eliminá-lo, se possível fisicamente. Como se fez com Wladimir Herzog, com o operário Fiel Filho e tantos outros.

Um dia, quando houver plenas liberdades democráticas no País, a história do terrorismo para-oficial que vem grassando nos últimos meses será contada, em detalhes. Enquanto este dia não chega, as estatísticas dos atentados vão aumentando. Os democratas terão que se contentar com pedaços desta história, alguns deles surpreendentes pela baixa e revoltantes pela impunidade em que permanecem seus autores, de notória origem.

Em agosto, do ano passado, ainda era Ministro das Comunicações Said Farhat. Em nota oficial ele dizia: o Presidente não vai tolerar atos de terrorismo e de vandalismo, venham de onde vierem. Quem negligenciar a apuração desses fatos está contra o desejo do Presidente Figueiredo. Pelo visto, senhores, os 300 mil funcionários dos órgãos de segurança, da comunidade de informações, estão contra o desejo do Presidente. Vejamos agora, o que faz o Presidente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — No horário reservado ao Partido Popular, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há aproximadamente 10 dias, recebi uma correspondência assinada por D. Eleolima...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Mais uma vez, volto a suspender a sessão por alguns minutos, pedindo aos Srs. Deputados que se contenham.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está reaberta a Sessão.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, eu iniciava na tribuna, relatando que recebera uma carta escrita com muita humildade e muita simplicidade, por dona Eleolila Hueler e pelo Sr. Osvaldo Brandet. Eles residem num pedaço de chão na minha terra natal, no município de Castro, num lugar chamado Tucunduva. Gente que nasceu ali, gente que viveu a vida inteira ali, no mesmo pedaço de chão cuidando da sua horta, das suas plantas, das suas galinhas. E que agora, com desespero, procura todos os caminhos para que possa ficar livre dos famigerados “grilheiros de terras”.

E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que surpresa violenta até, que neste curto espaço de tempo da carta que recebi, que ainda estava estudando e quando vejo uma divulgação feita pela imprensa curitibana, através do "O Estado do Paraná" e que começa exatamente nestes termos. (Lê).

DENÚNCIA: PIPPER GRILA EM CASTRO

Dizendo-se da Banestado Reflorestadora, o proprietário da empresa GEOSUL, Engenharia Rural, Hermann Ralf Pipper, está fazendo grilagens de terras em áreas do Município de Castro.

Ele é auxiliado, para isso, por funcionário da própria Banestado Reflorestadora, e se utiliza de ameaças e mentiras para pressionar pequenos proprietários a venderem suas terras por preços irrisórios.

Denúncias já foram feitas à Delegacia de Castro, à Delegacia de Ponta Grossa e ao Prefeito, Ronnie Cardoso, da primeira cidade, sem que fossem tomadas providências.

Esta denúncia foi apresentada ontem por um dos proprietários da área em questão, Luiz Carlos Stacheski, durante o programa "Paraná Aqui e Agora", da TV Iguaçu.

Segundo ele, Hermann Ralf Pipper apresenta-se sempre acompanhado de "capangas" armados.

De acordo com denúncias feitas à Delegacia de Polícia de Castro, onde já existem seis queixas contra a Geosul, já o envolvimento de funcionários da Banestado Corretora, entre eles o engenheiro florestal Osmar (só consta seu primeiro nome).

No momento estão sendo ameaçadas por estas pessoas, cerca de 20 famílias das regiões conhecidas como Tucunduva e Conceição. Entre elas, a de Luiz Carlos Stacheski.

Ele conta que a Geosul queria comprar a propriedade de sua família, de 38 alqueires, pagando mil cruzeiros por alqueire, quando, no ano passado, já haviam recusado a oferta de 120 mil cruzeiros o alqueire. Como ameaça, a Geosul utilizou até mesmo documentos falsos de posse da área.

Além de se dirigir à polícia, os pequenos proprietários endereçaram documento pedindo providência ao Instituto de Terras e Cartografia, que não se manifestou até agora.

Aí, recorreram ao Governador Ney Braga, através de abaixo-assinado, onde afirmaram que Hermann Ralf Pipper "especialista em grilagem de terra usando o nome do Estado, está cometendo uma verdadeira barbaridade contra os lavradores deste local".

O Governador, segundo Stacheski, encaminhou abaixo-assinado ao prefeito de Castro, Ronnie Cardoso, para que este tomasse providências.

No entanto, diz Stacheski, o Prefeito não conversou com nenhuma das vítimas, preferiu no dia em que visitou a área, almoçar justamente no acampamento da Geosul. O próprio Hermann Ralf Pipper afirmou a alguns proprietários, que pôs o mapa do Paraná na mão do Prefeito, significando que este teria também condições de fazer grilagem.

Ao menos é esta a versão dos prejudicados".

Esta nota é publicada hoje, pelo jornal "O Estado do Paraná", com o título: "Denúncia Pipper grila em Castro". O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DÁCIO LEONEL — Um instante, apenas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a carta que recebi, profundamente simples, cheia de erros de português, perfeitamente natural de uma mãe desesperada, de um chefe de família, de gente que vive ali na lavoura há tantos e tantos anos, em Tucunduva, que fica perto de Abapã, no Município de Castro, esta carta vem assim. (Lê):

"Tucunduva, Saudações. Via Abapã.

Dr. Dácio Leonel de Quadros.

Escrevo esta carta a fim de lhe pedir um favor, que nós

estamos incomodados com os grileiros em nosso terreno.

É o Ralf. E já fecharam um pedaço de mais ou menos cinco alqueires na frente de nossa casa. E plantaram e colheram arroz. E até nossas galinhas eles mataram na planta.

E até aqui, não achei ninguém que se interessasse por me ajudar. Falei com o Juiz e com o Promotor, eles mandaram ajustar um advogado, mas não posso e todos dizem que não resolvem, porque eles têm equipe de advogados. É pouco nosso terreno, não dá prá vender e pagar advogado.

Então, já fui duas vezes em sua casa, na casa de sua mãe, a fim de lhe pedir um favor, que nós somos nascidos e criados aqui, temos escritura registrada, da nossa família ninguém vendeu para eles dentro desta escritura, mas não é possível não achar uma pessoa que nos ajude a defender o que é nosso.

O Ralf, por várias vezes já, mandou destruir as nossas plantas com o trator. O ano passado moeram feijão e milho, amendoim e melancia. Agora moeram mandioca, batata-doce e quarenta pinheirinhos plantados. E agora, dia 06 de abril, ele mandou um jagunço dizer para nós tirarmos a planta da frente da nossa casa. Se não tirarmos, eles vêm gradear. Só dão prazo até o fim do mês. Querem passar o trator com a grade. O senhor acha possível uma coisa destas?

Eu lhe peço um favor, se o senhor puder, que estamos apurados. Já fiz queixa na delegacia por diversas vezes e sempre está na mesma, a espera. Eles sempre incomodando, Lidei com várias autoridades, ninguém decidiu . . ."

Assim, continua a cartinha assinada por Dona Eleolina Woellner e pelo Sr. Osvaldo Brandt. Endereço Abapã, Município de Castro, Km. 104, para o lado da mármore, antes de chegar ao tanque.

Antes de conceder o aparte que me pede o eminente Deputado, e antes de entrar propriamente em mais detalhes, só quero dizer aqui que estou preparando, estou encaminhando à Mesa, dois pedidos de informações que, estou seguro, esta Casa haverá de permitir a aprovação.

Um deles, requerendo envio do presente pedido de informações à direção da BANESTADO S/A Reflorestadora, só com duas perguntas: quais a ligação, se é que existe alguma, entre o Sr. Hermann Ralf Pipper e a Banestado S/A Reflorestadora?

E a segundo, que informações a Banestado Reflorestadora pode prestar a esta Casa, que digam respeito ao assunto tratado da matéria hoje publicada no "O Estado do Paraná", conforme xerox anexo?

Um outro pedido de informações à direção do ITC do Paraná, onde também faço apenas duas perguntas: se é verdadeira a informação constante da notícia, e qual a posição do ITC frente ao assunto?

Quer dizer, estou apenas procurando dar, tanto à Banestado S/A Reflorestadora como ao ITC, motivos de poderem esclarecer a esta Casa: se entenderem que o caso não é pedido de informações, pedido de esclarecimentos.

Tenho a impressão que, de qualquer forma, a opinião pública hoje, foi cientificada, foi informada de que há uma denúncia, de que funcionários da Banestado estariam participando de grilagens no Município de Castro.

E devo dizer mais aos senhores: tenho uma série de denúncias, uma série de informações. Vou me dirigir a Abapã e vou conseguir melhores dados.

Tenho inclusive, quase que segurança que o Sr. Ralf, o famoso — aqui dito como famoso grileiro, inclusive tem uma participação — não sei em que termos, dentro da Banestado S/A Reflorestadora.

Como consequência, a preocupação que temos com a apresentação desses expedientes é exatamente de trazer à luz as verdades a respeito deste fato.

Concedo o aparte, com satisfação, ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi – Obrigado.

Apenas para lembrar a Vossa Excelência, que esse cidadão denunciado como grileiro, Ralph Pippet, já é conhecido no Paraná, por ocasião dos sangrentos episódios que aconteceram em 1957/58, no Sudoeste do Paraná.

Esse mesmo cidadão é que comandava a quadrilha de jagunços que ensanguentou o Sudoeste, a cargo das companhias de terras; este mesmo cidadão foi que determinou toda aquela problemática no Sudoeste.

Portanto, eu, conhecendo os seus antecedentes, devo dizer a Vossa Excelência que pesquise os acontecimentos no Sudoeste, e encontrará o perfil e a personalidade desse cidadão.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL – Agradeço a Vossa Excelência.

É uma informação da mais alta importância, uma vez que, como digo, não conheço o Sr. Hermann Ralph Pippet. Tenho apenas algumas informações a respeito desse cidadão, e exatamente, de moradores da região de Abapã, onde estariam ocorrendo esses fatos.

Mas, como disse, Sr. Presidente, a minha preocupação hoje foi de vir em cima do fato à tribuna, primeiro, em função da nota que saiu, ontem, através do noticiário da TV Iguaçu Canal 4, durante a sua programação da tarde, publicada hoje pelo “O Estado do Paraná”, e quero crer que a aprovação de tais expedientes, por esta Casa, vai ensejar à Banestado S/A Reflorestadora e ao ITC, para que possam nos dar estes esclarecimentos, estas informações para que, inclusive, possam esclarecer a opinião pública, já que esta Casa é realmente a Casa que pode representar a opinião pública e dizer ao povo o que está acontecendo, para que possam nos contar esses fatos e dar exatamente a versão sobre eles.

Com referência ao mérito da questão em si, vou reservar-me a uma visita, com maiores detalhes que vou colher, para poder voltar a esta tribuna.

Nestas condições, encaminho então à Mesa, os referidos pedidos de informações, e aguardarei para voltar e tratar desta matéria.

Era só, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Gilberto Carvalho) Consulto a Liderança do PTB, se pretende fazer uso de seu horário. (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Comunico aos Srs. Deputados que foi recebida, por este Poder Legislativo, Mensagem Governamental número 39/81, que trata sobre a Lei Complementar que dispõe sobre o novo Estatuto da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Esta Presidência solicita dos Srs. Líderes de Bancada, para que indiquem os membros que deverão compor, nos termos do artigo 190, do Regimento Interno, a Comissão Especial, composta de cinco membros, para, no prazo de trinta dias, apresentar parecer.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Vereador Antônio Carmo Ribeiro, da cidade de Apucarana.

O SR. DÁCIO LEONEL – (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Gilberto Carvalho) A Mesa defere. Solicito do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É feita a chamada).

Responderam a chamada nominal 24 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para votação e sim para prosseguimento

da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 23/81, de autoria do Deputado VALDUGA, que declara de utilidade pública o NÚCLEO SOCIAL EVANGÉLICO DE LONDRINA – NUSELON, com sede na cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 18/81, de autoria da C.C.J., que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mamborê, com finalidade de consulta à população para a criação do Município de JURANDA. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – EM REGIME DE URGÊNCIA. – Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 131/80, de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que doa ao Município de Primeiro de Maio o terreno que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. – Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 131/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A.

Art. 1º – Fica doado ao Município de Primeiro de Maio, o lote de terreno com a área de 882 m² (oitocentos e oitenta e dois metros quadrados), constante da data nº 104 (cento e quatro), situado na sede do referido município, com as seguintes divisas e confrontações: por um lado, em 21 metros com a Rua Onze, de outro lado, em 42 metros, com João Batista Pereira; por outro lado, em 21 metros, com os vendedores e, finalmente, por outro lado, em 42 metros, com a data nº 112.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1980.

(a) ROSÁRIO PITELLI

JUSTIFICATIVA:

O terreno a que se refere este projeto, pertence ao Estado em decorrência de doação feita em 1966, pelo Município de Primeiro de Maio.

Como até esta data o Estado não lhe deu qualquer destinação – sendo lícito concluir-se que não o fará tão cedo – e, por outro lado, como interessa ao município para neles localizar um dos seus serviços, esta doação se constitui, na realidade, em simples devolução ao primitivo proprietário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 131/80

P A R E C E R.

O projeto visa a doação, ao Município de Primeiro de Maio, do lote de terreno urbano que especifica.

Particularidade digna de nota é a que consta da justificação do projeto, ou seja, de que o lote de terreno em apreço foi doado ao Estado, pelo Município de Primeiro de Maio. Não tendo sido utilizado até esta data, desde o ano de 1966, justo é a devolução ao doador. Aliás, conta do processado um ofício do respectivo prefeito, declarando o interesse em reaver o imóvel, bem como a sua destinação em finalidade elogiável.

Entretanto, o projeto foi convertido em diligência para a Prefeitura e o Estado manifestarem sobre o objeto, vale dizer, a revogação da doação feita pelo município ao Erário Estadual, onde haveria este de construir uma unidade da Secretaria da Agricultura, o que fizeram mediante ofícios juntados ao processado.

Passados os anos, o Estado se descuidou e não construiu a obra prometida, porém a doação fora feita com cláusula de

irrevogabilidade. Não obstante, ensinam os juristas e doutrinadores que, havendo cláusulas impeditivas de revogabilidade, o donatário poderá em reverso promover nova doação ao próprio doador, que é o caso em exame.

Transposto esse suposto obstáculo, sendo as partes capazes, resta saber da questão relativa à sua constitucionalidade, circunscrita à iniciativa, que a priori esbarraria no seu impedimento pelo Poder Legislativo.

Todavia, manifestou-se o Estado do Paraná por sua Secretaria da Agricultura, diretamente interessada na espécie, como favorável à doação pleiteada pelo plano de lei, o que corresponde à declaração de que o imóvel não será usado para os fins consignados na escritura de doação.

Isto posto, é de se concluir pela procedência do projeto, o qual poderá ser apreciado pelo Plenário e suprida a eiva de inconstitucionalidade pela outorga da sanção.

O projeto é justo, por isso o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente,
FIDELCINO TOLENTINO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 02/81, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE BANDEIRANTES, com sede e foro em Bandeirantes. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão. PROJETO DE LEI Nº 02/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE BANDEIRANTES, com sede na cidade de Bandeirantes.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1981.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A finalidade da associação em pauta, é daquelas que dispensam qualquer explicação.

Quanto à sua natureza pública, ela está implícita na amplitude e na nobreza da obra que vem realizando com extraordinário êxito.

Por essa razão, nada mais justo e oportuno do que se lhe reconhecer o caráter de utilidade pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 02/81

P A R E C E R:

1. — O nobre Deputado Fuad Nacli, com a iniciativa contida no Projeto de Lei nº 02/81, pretende ver declarada de utilidade pública a “Associação de Recuperação do Alcoólatra de Bandeirantes”, com sede e foro no município do mesmo nome.

2. — A esta Comissão de Constituição e Justiça, é deferido o exame da capacidade legal e constitucional da medida pugnada.

3. — Cumpre o projeto, em seu todo, as formalidades exigidas pelo Art. 1.º e seus incisos, da Lei nº 6994/78, que regulamentava todas as iniciativas desta natureza.

4. — Com fulcro nessas considerações, não constatamos qualquer vício de natureza legal que se anteponha à pretensão, motivo pelo qual opinamos de forma Favorável à sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO — Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 03/81, de autoria

do Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de utilidade pública “Associação de Recuperação de Alcoólatras de Pérola - “ARA”, com sede e foro na cidade de Pérola. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 3/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE PÉROLA - “ARA”, com sede e foro na Cidade de Pérola.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1.981.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

É sua finalidade a recuperação pela psicoterapia de grupo, de pessoas de ambos os sexos, dadas ao vício de alcoolismo.

Manter cooperação harmoniosa, sem qualquer remuneração, com todas as organizações similares.

Organizar e manter departamento assistenciais para a recuperação de recuperados, proporcionando-lhes readaptação junto a familiares e à sociedade.

Desta forma, apresentamos o presente plano de lei, à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 03/81

P A R E C E R.

1. — O nobre Deputado Quielse Crisóstomo, intenciona, com a presente medida, declarar de utilidade pública a “Associação de Recuperação de Alcoólatras de Pérola.

2. — Do exame da documentação que instrui o projeto, verifica-se estar a mesma em perfeita consonância com as expressas disposições contidas no Art. 1.º e incisos I, II, III e IV, da Lei 6994/78.

3. — Assim, está a merecer parecer Favorável desta Comissão, por não conflitar com qualquer norma legal ou constitucional vigentes.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente
LEÔNIDAS CHAVES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 15/81, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a “Obra Filantrópica das Irmãs Filhas da Cruz”, com sede e foro em Curitiba. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. - Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 15/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a OBRA FILANTRÓPICA DAS IRMÃS FILHAS DA CRUZ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche as exigências contidas na lei reguladora da matéria.

Tem por finalidade a evangelização cristã, a educação moral e cívica, a proteção à infância e à juventude, o auxílio aos

velhos, aos pobres necessitados em geral, sem distinção de personalidade, credo, cor, raça ou religião.

Nestas condições, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para aprovação deste plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 15/81

PARECER:

I. — Subscrito pelo ilustre Deputado Erondy Silvério, o presente plano de lei visa declarar de utilidade pública a OBRA FILANTRÓPICA DAS IRMÃS FILHAS DA CRUZ, com sede e foro nesta Capital.

II — A vasta documentação que acompanha a referida proposição, comprovam que a entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria em foco.

III — Dadas as razões expostas, não vemos qualquer impedimento, quer de ordem legal ou constitucional que se anteponha na sua tramitação nesta Casa, razão porque o nosso parecer é Favorável à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 30/81, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. nº 34/81), alterando os dispositivos que especifica, da Lei nº 7297 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência.

PROJETO DE LEI Nº 30/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O Código de Organização e Divisão Judiciárias passa a vigorar com as alterações constantes desta Lei.

Art. 2.º — O art. 23 fica acrescido de três parágrafos, com a seguinte redação:

“Art. 23 —

§ 1.º — As correções nos cartórios dos ofícios do foro judicial e extrajudicial e demais órgãos, na Comarca de Curitiba, serão feitas por Juízes de Direito e presididas pelo Corregedor da Justiça.

§ 2.º — Para esse fim, e por proposta da Corregedoria da Justiça, o Conselho da Magistratura poderá autorizar a convocação, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos, de Juízes de Direito da Comarca de Curitiba, em número não superior a 4 (quatro).

§ 3.º — Os Juízes convocados exercerão, também, funções correlatas, a critério do Conselho da Magistratura.”

Art. 3.º — O Art. 24 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 24 — O Juiz convocado, pelo exercício das funções mencionadas no artigo anterior, nenhuma vantagem pecuniária perceberá, salvo transporte e diária para alimentação e pousada, quando se deslocar de sua sede (art. 129, da L.O.M.N.).”

Art. 4.º — O art. 25 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 25 — Haverá, na Corregedoria, livro próprio para registro de queixas, de qualquer do povo, por abusos, erros ou omissões das autoridades judiciárias, seus auxiliares, serventuários e funcionários da Justiça.”

Art. 5.º — O inciso III, do art. 207 e suas alíneas a e b, passam a ter a seguinte redação:

III — 66 Juízes de entrância Final, sendo:

a) 43 Titulares de Varas;

b) 23 Juízes de Direito Substituto.”

Art. 6.º — O inciso VII, do art. 222 passa a ter a seguinte redação:

“

VII - Exercer inspeção permanente do foro extrajudicial da Comarca, nos respectivos cartórios, enviando ao Corregedor da Justiça, relatórios trimestrais de suas atividades.”

Art. 7.º — O parágrafo único do art. 178 passa a ser o parágrafo 1.º, ficando o mesmo artigo acrescido de mais um parágrafo com a seguinte redação:

§ 2.º — O substituto do titular de Ofício remunerado pelos cofres públicos, durante o período de substituição, perceberá o vencimento ou diferença de vencimento do substituído.”

Art. 8.º — O art. 210 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 210— São as seguintes as Seções Judiciárias:

1.ª) — Comarca de Curitiba: 1.ª, 2.ª e 5.ª Varas Cíveis;

2.ª) — Comarca de Curitiba: 3.ª, 4.ª e 6.ª Varas Cíveis;

3.ª) — Comarca de Curitiba, 9.ª, 10.ª e 11.ª Varas Cíveis;

4.ª) — Comarca de Curitiba: 13a., 14a. e 15a Varas Cíveis;

5.ª) — Comarca de Curitiba: 18a. Vara Cível, Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, e Auditoria da Justiça Militar;

6.ª) — Comarca de Curitiba: 1a. e 3a. Varas de Família;

7.ª) — Comarca de Curitiba: 2a. e 4a. Varas de Família;

8.ª) — Comarca de Curitiba: 1a. e 3a. Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

9.ª) — Comarca de Curitiba: 2a. e 4a. Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

10.ª) — Comarca de Curitiba: 1a. e 2a. Varas Criminais e Vara do Tribunal do Juri,

11.ª) — Comarca de Curitiba: 4a., 5a. e 6a. Varas Criminais,

12.ª) — Comarca de Curitiba: 11a. Vara Criminal e Varas das Execuções Penais;

13.ª) — Comarca de Curitiba: 1a. Vara dos Delitos de Trânsito,

14.ª) — Comarca de Curitiba: 2a. Vara dos Delitos de Trânsito;

15.ª) — Comarca de Curitiba: Vara de Menores;

16.ª) — Comarca de Londrina: Varas Cíveis;

17.ª) — Comarca de Londrina: Varas Criminais, Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho, e Comarca de Assaí;

18.ª) — Comarca de Maringá: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho,

19.ª) — Comarca de Maringá: Varas Criminais, e Comarcas de Mandaguari e Marialva;

20.ª) — Comarca de Ponta Grossa: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;

21.ª) — Comarca de Ponta Grossa: Varas Criminais, e Comarcas de Imbituva, Ipiranga e Teixeira Soares;

22.ª) — Comarca de Cascavel: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;

23.^a) — Comarca de Cascavel: Varas Criminais, e Comarcas de Corbélia e Ubitatã;
 24.^a) — Comarca de Campo Mourão;
 25.^a) — Comarca de Umuarama;
 26.^a) — Comarca de Guarapuava, Palmital e Pitanga;
 27.^a) Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul e Marilândia do Sul;
 28.^a) — Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Peabiru;
 29.^a) — Comarcas de Foz do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguaçu;
 30.^a) — Comarcas de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos;
 31.^a) — Comarca de Paranaguá, Antonina e Morretes;
 32.^a) — Comarcas de Paranavaí, Paraíso do Norte e Terra Rica,
 33.^a) — Comarcas de Pato Branco, Chopinzinho e Coronel Vivida;
 34.^a) Comarcas de Arapongas, Astorga e Colorado;
 35.^a) Comarcas de Araucária, Rio Negro e Mallet;
 36.^a) Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Palotina;
 37.^a) Comarcas de Cornélio Procopio, Congonhinhas, Nova Fátima, São Jerônimo da Serra e Uraí;
 38.^a) — Comarcas de Cruzeiro do Oeste e Cidade Gaúcha;
 39.^a) — Comarcas de Guaíra, Altônia, Pérola e Xambrê;
 40.^a) — Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;
 41.^a) — Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;
 42.^a) — Comarcas de Laranjeiras do Sul e Guaranicatu;
 43.^a) — Comarcas de Rolândia, Cambé, Jaguapitã e Porecatu;
 44.^a) — Comarcas de São José dos Pinhais, Bocaiuva do Sul e Cerro Azul;
 45.^a) — Comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Terra Roxa do Oeste;
 46.^a) — Comarcas de União da Vitória, Clevelândia e Palmas;
 47.^a) — Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;
 48.^a) — Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibiporã, Primeiro de Maio e Sertãozinho;
 49.^a) — Comarcas de Campo Largo, Colombo e Palmeira;
 50.^a) — Comarcas de Castro, Curitiba, Ibaiti e Piraí do Sul;
 51.^a) — Comarcas de Goioerê, Alto Piquiri e Iporã;
 52.^a) — Comarcas de Irati, Prudentópolis e Rebouças;
 53.^a) — Comarcas da Lapa, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;
 54.^a) — Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Izabel do Ivaí;
 55.^a) — Comarcas de Nova Esperança, Alto Paraná, Mandaguçu e Paranacity;
 56.^a) — Comarcas de Santo Antônio da Platina, Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal;
 57.^a) — Comarcas de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Capanema e Realeza;
 58.^a) — Comarcas de Telêmaco Borba, Cândido de Abreu, Reserva e Tibagi;

59.^a) — Comarcas de Wenceslau Braz, Jaguariaíva, Sengés, Siqueira Campos e Tomazina.”

Parágrafo único. Haverá ainda, na Comarca de Curitiba, mais 4 (quatro) Seções Judiciárias, a saber:

60.^a) — Comarca de Curitiba: 7a. e 8a. Varas Cíveis;

61.^a) — Comarca de Curitiba: 12a., 16a. e 17a. Varas Cíveis;

62.^a) — Comarca de Curitiba: 3a., 7a. e 8a. Varas Criminais;

63.^a) — Comarca de Curitiba: 9a. e 10a. Varas Criminais.”

Art. 10 — Ficam criados 6 (seis) cargos de Juiz de Direito Substituto de entrância final.

Art. 11 — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Estado.

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 30/81

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, originário da Mensagem Governamental 81, do Chefe do Poder Executivo, tem por finalidade introduzir modificações em alguns dispositivos da Lei 7297, de 08 de janeiro de 1981, (Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado), visando a criação de mais seis (06) cargos de Juiz de Direito Substituto, bem como a correção de uma falha de origem, no tocante às substituições de Titulares de Ofícios remunerados pelos cofres públicos.

A iniciativa desta proposição coube ao Poder Judiciário, na forma prevista pelo Art. 91 da Constituição Estadual, através do encaminhamento do Ofício nº 384/81, da lavra do Presidente do Poder Judiciário, solicitando a remessa de Mensagem a esta Casa em razão da proposta de lei aprovada em sessão plenária, daquela magna Corte de Justiça, devidamente justificada.

Tendo obedecido as determinações constitucionais, o presente projeto de lei está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta augusta Assembléia Legislativa, sendo que opinamos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente,
JUDANDIR MESSIAS — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 30/81

P A R E C E R:

Originário da Mensagem nº 34/81, o presente projeto de lei introduz modificações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (Lei nº 7297/80).

Os dispositivos alterados com a finalidade de criar mais seis (06) cargos de Juiz de Direito Substituto e de regulamentar as substituições de serventuários remunerados pelos cofres públicos, resultam em aumento de despesas.

Todavia, dado o seu ínfimo valor, essas despesas, confor-

me se depreende da exposição de motivos que acompanhou o anteprojeto, serão cobertas pela dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

A iniciativa desta lei partiu do Tribunal de Justiça, através de ofício dirigido ao Chefe do Poder Executivo, o qual, por sua vez, encaminhou a Mensagem 34/81 a esta Casa.

Inocorrendo qualquer vício de ordem constitucional ou legal, e havendo a necessária cobertura orçamentária, opinamos favoravelmente à Aprovação deste plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1981.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA – Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, nos seguintes termos:
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que o Projeto de Lei n.º 30/81 – Mensagem Governamental n.º 34/81, seja retirada da Ordem do Dia e encaminhada à Comissão de Recursus Humanos a fim de que aquela Comissão seja ouvida, já que à mesma importa a criação de cargos.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO

A Mesa deixa de colocar em discussão a referida matéria, até que seja apreciado o requerimento referente ao Projeto de Lei n.º 30/81.

O SR. LINEU TURRA – (Pela ordem) Sr. Presidente, me parece não haver número para o prosseguimento da sessão. Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Gilberto Carvalho) A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 23 Srs. Deputados. Há "quorum" apenas para apreciação da matéria.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 01/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 02/81 (Mens. Govern. n.º 02/81), que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. – Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 02/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 09/81, (Mes. Govern. n.º 07/81), que aprova o Termo Aditivo do Ajuste de Cooperação Financeira celebrada entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de IPORA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública da sede do referido município. – Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 03/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 10/81 (Mens. Govern. n.º 08/81), que aprova os Convênios n.ºs 16/80 e 30/80, celebrados entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná – SUCEPAR, objetivando a execução de obras de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná – PRONOROESTE. – Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 04/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 12/81, (Mens. Govern. n.º 13/81)), que aprova o Con-

vênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de CURITIBA, objetivando a execução de obras de desenvolvimento de infraestrutura urbana. – Encerrada a discussão :

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 05/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 13/81, (Mens. Govern. n.º 14/81), que aprova os Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, com os municípios aqui nominados, visando aplicação de recursos financeiros em obras de infraestrutura na Área Industrial. – Encerrada a discussão

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 06/81, oriundo de Parecer Aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 14/81, (Mens. Govern. n.º 15/81), que aprova os Termos de Ajuste ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através de órgãos que especifica, objetivando a elaboração do Projeto "Estudos para uma Política de Desenvolvimento Industrial do Paraná.. e do Projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio". – Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n.º 07/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição n.º 15/81 (Mens. Govern. n.º 16/81), que aprova o Convênio de Cooperação n.º 01/81), celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, e do Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes, objetivando ligar as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá via transporte hidroviário. – Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE – (Gilberto Carvalho) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sílvio Luiz Carvalho, ocorrido em 05 de maio do corrente, na cidade de Jardim Alegre. – Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo especiais atenções para o problema da remuneração da polícia militar. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de sugestão, visando a imediata indenização dos proprietários que terão suas terras cortadas em face da construção da PR-495, que ligará os Municípios de Mal. Cândido Rondon e Guaíra. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a sustação do desconto a ser efetuado na folha de pagamento dos professores inativos, relativos à importância paga a mais no mês de abril, e que o referido desconto seja compensado em aumentos futuros. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Saúde e Bem Estar Social e do Planejamento, visando a construção de prédio para Unidade Sanitária, na sede do Município de Corbélia. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado à SANEPAR, encarecendo imediata instalação de água e esgoto nos bairros denominados Vila Paraguaia, Jardim Santa Maria, Vila CR 1 e Vila Pérola, em Foz do Iguaçu. – Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, ao Ministério do Interior, ao Conselho de Segurança Nacional e ao Conselho de Desenvolvimento Social, encarecendo que se autorize à União Transferir as áreas onde se localizam diversos Bairros do Município de Foz do Iguaçu, à Prefeitura Municipal, ao ITC ou qualquer outro órgão público para que possa expedir títulos dominiais definitivos a cada morador dos referidos bairros. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, pela realização e êxito da II Feira da Indústria Paranaense - Paraná Hoje. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no sentido de que o Itamaraty envie nota de formal protesto e inteiro repúdio ao Governo Inglês pelo tratamento injusto dispensado aos presos políticos na Irlanda do Norte, culminando com a morte do Deputado eleito do Parlamento da Inglaterra BOBBY SANDS. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado à SUREHMA, encarecendo providências no sentido de coibir abusos do curtume, localizado na perimetral Sul de Apucarana. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo o envio de cópia do relatório sobre o aproveitamento da Ilha do Mel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de que sejam tomadas medidas compensatórias para os visíveis prejuízos causados aos agricultores pela importação do soja no regime "DRAW BACK" do Paraguai e Argentina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Darios, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança e ao Comando da Polícia Militar do Estado, no sentido de solicitar a implantação de um módulo policial no Conjunto Habitacional Parigot de Souza, no bairro do Xaxim, nesta Capital. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção do ITC, consubstanciado em pedido de informações sobre matéria publicada hoje pelo jornal "O Estado do Paraná" sob o título "Denúncia: Pipper Grila em Castro". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando seja oficiado à direção da BANESTADO S/A - REFLORESTADORA, em forma de pedido de informações sobre matéria veiculada no dia de hoje no jornal "O Estado do Paraná" sob o título "Denúncia: Pipper Grila em Castro", qual a ligação, se é que existe alguma entre o Sr. Hermann Ralf Pipper e a BANESTADO S/A - REFLORESTAMENTO. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhadas cópias de várias Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 177/77, aos Senhores Secretário da Justiça, Secretário dos Recursos Humanos e Procurador Geral do Estado, a fim de servirem de subsídio às alterações da Lei n.º 7.074/79, (Lei dos Procuradores) já anunciadas pela imprensa local. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, encare-

cendo, a perfuração de poço semi-artesiano para o Distrito de Entre Rios, no Município de Marechal Cândido Rondon. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo seja providenciada a pavimentação asfáltica do trecho: Marechal Cândido Rondon aos Distritos de Iguiporã-Porto Mendes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Florivaldo Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, encarecendo a criação da Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Paraná. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo seja providenciada a pavimentação asfáltica do trecho Marechal Cândido Rondon para os Distritos de Margarida-São Roque. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 155.º aniversário da cidade de Jaguariaíva. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à Secretaria de Transportes, por intermédio do Departamento Aeroportuário, proceda urgente instalação de um telefone no Aeroporto de Umuarama, neste Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a reativação do trem de passageiros que atende o percurso Curitiba-Curinhos no Estado de São Paulo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lineu Turra, constante do expediente anterior, solicitando seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo imediatas providências, no sentido de dotar os municípios criados e não instalados, de agentes administradores provisórios, capazes de estruturá-los, estabelecerem a competente organização dos seus serviços e encaminhar seus interesses. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja enviado expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo auxílio financeiro para construção de terminal Rodoviário no Município de Jesuítas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Instituto de Terras e Cartografia, encarecendo que as áreas remanescentes do Distrito de São Pedro, Município de Toledo, sejam vendidas à pequenos agricultores, posseiros ou arrendatários da própria área ou aos desapropriados de Itaipu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, sugerindo a liberação de verba especial para aquisição de área de terras que servirá de "área reserva" e opção de compra aos expropriados de Itaipu. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 07, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/81 e de Resolução n.º 18/81.

EM VOTAÇÃO — 1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 131/80, 02, 03, 15/81 e de Resolução n.ºs 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07/81.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/81.

Marcando outra Sessão Ordinária para sexta-feira, dia 08, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 111, 159, 161, 164, 174, 177/80 e 21/81.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E .

DECRETO LEGISLATIVO N.º 174/81

atribuir a Gratificação de Representação, símbolo R-5, ao cargo de Consultor Jurídico deste Poder.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 175/81

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, inciso II, combinado com o Art. 132, parágrafo 2.º e 140, inciso III, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, BLUMER BOSQUILIA, matrícula n.º 414, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente ao cargo de Diretor do Departamento de Pessoal, Símbolo DAS-3 (Resolução n.º 53/80) acrescido de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, parágrafo 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e três (03) adicionais incorporados, de acordo com os artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação de Produtividade, de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974 e Gratificação por serviços extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

(Protoc. 3135/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 176/81

exonerar, NEURI FRANCISCO SQUAREZI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi.

(Protoc. 3164/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 177/81

I — prover, CARLOS MAXIMINIO PERONDI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 3164/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 178/81

revogar o Decreto Legislativo n.º 119/81, de 06 de abril de 1981, que autorizou CARLOS MAXIMINIO PERONDI, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao

Gabinete da Liderança do PMDB.

(Protoc. 3071/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 179/81

I — prover, JOSÉ ARISTIDES LOUREIRO, para exercer o cargo em Comissão símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fiori Luiz Malaguido; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 2482/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 180/81

exonerar, ATANAILDO GURAL, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 639/77, que autorizou o mesmo a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 2361/81)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 181/81

I — prover, EROS RÜPPEL ABDALA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Erondy Silvério; e,

II — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 2361/81)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06 de maio de 1981.

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO ROMEU SQUAREZI — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E .

PORTARIA N.º 352/81

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, em favor de BLUMER BOSQUILIA, matrícula n.º 414, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6.º quinquênio, compreendido entre 23 de abril de 1977 e 23 de dezembro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5.º quinquênio e das férias de 1965, 1966, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei n.º 6174, a partir de 28 de março de 1981, data que completou trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

(Protoc. 3135/81)

PORTARIA N.º 353/81

designar ODAHIR COSMOS, matrícula n.º 575, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços como Motorista no Gabinete da Presidência.

PORTARIA N.º 354/81

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 58/81, ao funcionário ZENO PACIORNIK, matrícula n.º 411, ocupante

do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 3056/81)

PORTARIA N.º 355/81

designar, a funcionária MARIA CELUTA TAVARES DE OLIVEIRA, contratada deste Poder, para prestar serviços como datilógrafa no Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 05 de maio de 1981.

(Protoc. 3177/81)

PORTARIA N.º 356/81

designar, SINOBELINO ZANUSSO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, no Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 29 de abril de 1981.

(Protoc. 2577/81)

PORTARIA N.º 357/81

designar MARIA CECÍLIA NEVES DA ROCHA, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafa, no Gabinete do

Deputado Fuad Nacli, a partir de 24 de abril de 1981. (Protoc. 2727/81)

PORTARIA N.º 358/81

designar ALCEBÍADES CLEMENTE VIRMOND, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, no Gabinete do Deputado Trajano Bastos, a partir de 24 de abril de 1981.

(Protoc. 2367/81)

PORTARIA N.º 359/81

revogar a Portaria n.º 057/80, de 21 de janeiro de 1980, que autorizou NEURI FRANCISCO SGUAREZI, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. 3164/81)

Gabinete da Diretoria Geral, em 06 de maio de 1981.

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

Diretor Geral